Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quinta-Feira, 22 de Outubro de 2026 | Ano XV – Edição Nº 3722 | Página 1 / 042

Sumário

Acesse as páginas correspondentes ao seu município com apenas um clique!



HUNER COMERCIO E SERVICOS LTDA:13934031000161

Digitally signed by HUNER COMERCIO E SERVICOS LTDA:13934031000161
Date: 2026.10.21 21:41:47 -03'00'

Municípios

Prefeitura Municipal de Ampére 2
Câmara Municipal de Ampére 5
Prefeitura Municipal de Barracão 27
Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares 28
Prefeitura Municipal Nova Esperanca do Sudoeste 30
Prefeitura Municipal de Palmas 32
Prefeitura Municipal de Pranchita 36
Prefeitura Municipal de São João 37
Prefeitura Municipal de Verê 40
Câmara Municipal de Verê 42

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÉRE

RESOLUÇÃO N.º 016/2026

Súmula: Aprova o Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências no Município de Ampére – PR.

O **Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n° 1949 de 23 de Março de 2021 e considerando a deliberação unânime da plenária ordinária realizada no dia 21 de outubro do ano corrente, conforme ata nº 013/2026:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências**, visando à adesão do Município de Ampére ao cofinanciamento federal, por meio do Piso Variável de Alta Complexidade – PVAC, destinado à oferta de proteção e atendimento socioassistencial às famílias e aos indivíduos atingidos por situações de emergência ou calamidade pública.

Art. 2º A aprovação do referido Termo de Aceite contempla as responsabilidades e os compromissos estabelecidos nas normativas federais vigentes, observados os critérios para solicitação e utilização dos recursos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ampére/PR, 21 de outubro de 2026.

Eduarda P. Valêncio
Eduarda Przyvara Valêncio
Presidente do CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua Presidente Kennedy, 1460 Sala 1 Anexo Secretaria Assistência Social
85640 – 000 Ampére PR Fone 46 3547 1122 Ramal 229
E-mail cmas@ampere.pr.gov.br

Cod472813

RESOLUÇÃO N.º 017/2026

Súmula: Aprova o Termo de Aceite Municipal da Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social – ForSUAS no Município de Ampére – PR.

O **Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n° 1949 de 23 de Março de 2021 e considerando a deliberação unânime da plenária ordinária realizada no dia 21 de outubro do ano corrente, conforme ata nº 013/2026:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **Termo de Aceite Municipal da Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social – ForSUAS**, formalizando a adesão do Município de Ampére à estratégia nacional de cooperação e apoio aos entes federados em situações de emergência em assistência social.

Art. 2º A adesão tem como finalidade fortalecer a capacidade de resposta socioassistencial diante de situações emergenciais, mediante a mobilização de profissionais, recursos materiais e apoio logístico, observadas as responsabilidades e condições estabelecidas no Termo de Aceite e nas normativas federais vigentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ampére/PR, 21 de outubro de 2026.

Eduarda P. Valêncio
Eduarda Przyvara Valêncio
Presidente do CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua Presidente Kennedy, 1460 Sala 1 Anexo Secretaria Assistência Social
85640 – 000 Ampére PR Fone 46 3547 1122 Ramal 229
E-mail cmas@ampere.pr.gov.br

Cod472814

Prefeitura de Ampére
União e Progresso
ADM 2025-2028

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2026

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PMHIS

O **MUNICÍPIO DE AMPÉRE**, Estado do Paraná, por meio da Administração Municipal, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** toda a população, representantes do Poder Público, membros dos conselhos municipais, entidades da sociedade civil, organizações comunitárias e demais interessados para participarem da **Audiência Pública** destinada à apresentação, apreciação e aprovação do **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) de Ampére – PR**.

A audiência pública tem como finalidade apresentar o conteúdo do Plano, promover a participação da sociedade, oportunizar manifestações, sugestões e contribuições e submeter o documento à apreciação dos participantes, visando à consolidação das diretrizes, objetivos, metas e ações voltadas à política habitacional de interesse social do Município.

DATA: 12 de novembro de 2026.
HORÁRIO: 19 horas.
LOCAL: Câmara Municipal de Vereadores.
PAUTA:
I – Abertura da audiência pública e apresentação de seus objetivos;
II – Apresentação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Ampére – PR, contemplando o diagnóstico habitacional, as necessidades de moradia da população, as diretrizes, os objetivos, as metas e as ações propostas;
III – Abertura para manifestações, questionamentos, sugestões e contribuições dos participantes;
VI – Apreciação e deliberação quanto à aprovação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;

Prefeitura de Ampére
União e Progresso
ADM 2025-2028

V – Registro dos encaminhamentos e encerramento da audiência pública.

A participação da comunidade é fundamental para assegurar a transparência, o controle social e a construção coletiva da política habitacional, contribuindo para o planejamento de ações que promovam o acesso à moradia digna, especialmente para as famílias em situação de vulnerabilidade social e habitacional.

O Município reforça o convite a toda a população de Ampére para participar deste importante momento de diálogo e construção das políticas públicas municipais.

Ampére – PR, 21 de outubro de 2026.

Luiz Carlos Cardoso De Siqueira
Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Ampére – Paraná

Cod472832

PORTARIA Nº 613/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE
Art. 1º–READAPTAR a servidora SIMONI APARECIDA SCHULTZ MENIN MARTINI, matrícula nº 1878, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria de Educação, conforme laudo de perícia médica, de acordo com o Artigo 28 da Lei Municipal nº 1807/2018, a contar de 16 de outubro de 2026 a 27 de dezembro de 2026, com a seguinte restrição: Adequação laboral fora de sala de aula. Sendo assim, foi adequado as atividades da servidora dentro da secretaria da instituição Escola Municipal Dr. Caetano Munhoz da Rocha–EIEF com atividades administrativas conforme ofício nº 206/2026.
Art. 2º–Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, efeitos retroativos a partir de 16/10/2026.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, 21 de outubro de 2026.
DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH
PREFEITO
Registre-se e Publique-se:
Evandro Carlos Dal Vesco
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Cod472835

PORTARIA Nº 614/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE
Art. 1º–READAPTAR a servidora ANA GABRIELA RUIZ MORA–matrícula nº 2988, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, conforme laudo de perícia médica, de acordo com o Artigo 28 da Lei Municipal nº 1807/2018, a contar de 21 de outubro de 2026 a 05 de novembro de 2026 .
Art. 2º–Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 21/10/2026.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, 21 de outubro de 2026.
DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH
PREFEITO
Registre-se e Publique-se:
Evandro Carlos Dal Vesco
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Cod472836

AVISO LICITAÇÃO

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026
PROCESSO Nº 140/2026
O MUNICÍPIO DE AMPÉRE, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO que realizará às 08h30min do dia 10 de Novembro de 2026, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO do seguinte objeto: Contratação de empresa em prestação de serviços de metalúrgica, com fornecimento de

materiais, incluindo fabricação, montagem, reparo, modificação, substituição e instalações de estruturas, peças componentes e elementos metálicos. Cópia completa do edital estará disponível no link licitação na página do Município: http://www.ampere.pr.gov.br e no endereço eletrônico www.compras.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações, no endereço abaixo mencionado Telefone (46) 3547-1122, e-mail licitacao@ampere.pr.gov.br.
Ampére-PR, 19 de Outubro de 2026.
DOUGLAS POTRICH
PREFEITO MUNICIPAL

Cod472837

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO DL 52/2026

a) Licitação nº: DL52/2026
b) Modalidade: Dispensa
c) Data de homologação: 21/10/2026
d) Objeto da licitação: Contratação de instituição para a prestação de serviço de acolhimento institucional para pessoa idosa, com 60 anos ou mais, com deficiência intelectual e necessidade de acompanhamento contínuo, classificada como Grau de Dependência III, compreendendo acolhimento, moradia, alimentação, higiene, cuidados pessoais, assistência nas atividades de vida diária, supervisão e acompanhamento compatível com suas necessidades, PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA Nº 6000105-67.2026.8.16.0186/PR.
8170–RESIDENCIAL SENIOR JARDIM DOS ENCANTOS LTDA (57.145.497/0001-53)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	43824–Serviço de acolhimento institucional para pessoa idosa – Grau de Dependência III	MES		12	6.500,00	78.000,00
2	43825–SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DOS IDOSOS ACOLHIDOS, PARA SUPORTE QUANDO NECESSÁRIO TRANSPORTE DO IDOSO PARA CONSULTAS MÉDICAS, EXAMES E/OU INTERNAMENTOS, OU DEMAIS ATIVIDADES NECESSÁRIAS.	DIA		100	400,00	40.000,00
Total (R$):						118.000,00

Valor Total Adjudicado: R$ 118.000,00
Ampére-PR, 21/10/2026.
DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH
Prefeito Municipal

Cod472840

EXTRATO DE DIÁRIA

Lei n°2235/2024
Servidor: Ademar Vit
Matricula: 2140
Quantidade: 01 (uma) diária.
Valor Total: 387,25 (trezentos e oitenta e sete reais e vinte cinco centavos).
Conforme cronograma abaixo:
Destino/Local:LONDRINA–PR
Motivo transporte paciente
Data e hora de saída: 20/10/2026 às 22:00
Data e hora de retorno: 21/10/2026 às 23:00
Veiculo: SFL4A92
ELZA CARNIN
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Cod472807

EXTRATO DE DIÁRIA

Lei n°2235/2024
Servidor: ELISSANDRO MARCOS DELANI
Matricula: 2365
Quantidade: 01 (uma) diária.
Valor Total: 387,25 (trezentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos).
Conforme cronograma abaixo:
Destino/Local:CURITIBA–PR
Motivo: transporte de paciente
Data e hora de saída: 20/10/2026 às 22:00
Data e hora de retorno: 21/10/2026 às 23:00
Veículo:SER7I93
ELZA CARNIN
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Cod472808

EXTRATO DE DIÁRIA

Lei n°2235/2024
Servidor: LUCIANO GERMANO
Matrícula: 2847
Quantidade: 01 (uma) diária.
Valor Total: 387,25 (trezentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos)
Conforme cronograma abaixo:
Destino/Local:GUARAPUAVA–PR
Motivo: transporte de pacientes
Data e hora de saída: 21/10/2026 às 04:00
Data e hora de retorno: 22/10/2026 às 05:00
Veiculo: TAQ7D93
ELZA CARNIN
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Cod472809

Contrato nº 250/2026

Dispensa 52/2026
Contratante: O MUNICÍPIO DE AMPÉRE/PR, Pessoa Jurídica de Direito Interno, inscrita no CNPJ n° 77.817.054/0001-79.
Contratada: RESIDENCIAL SENIOR JARDIM DOS ENCANTOS LTDA, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.145.497/0001-53.
Valor: R$ 118.000,00 (Cento e Dezoito Mil Reais)
Vigência: Início: 21/10/2026 Término: 21/10/2027
Licitação: Dispensa 52/2026
Objeto: Contratação de instituição para a prestação de serviço de acolhimento institucional para pessoa idosa, com 60 anos ou mais, com deficiência intelectual e necessidade de acompanhamento contínuo, classificada como grau de dependência III, compreendendo acolhimento, moradia, alimentação, higiene, cuidados pessoais, assistência nas atividades de vida diária, supervisão e acompanhamento compatível com suas necessidades, procedimento do juizado especial da fazenda pública nº 6000105-67.2026.8.16.0186/pr.
DOUGLAS POTRICH
Prefeito
Ampére-Paraná.

Cod472839

CÂMARA MUNICIPAL DE AMPÉRE

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - **Fone (46) 3547-2301**
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

ATO DE PROMULGAÇÃO
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO AMPÉRE – ESTADO DO PARANÁ

Consolida e promulga a Lei Orgânica do Município de Ampére, Estado do Paraná.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 230, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal combinado com o art. 43, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, em dois turnos de discussão e votação, com o quórum qualificado de 2/3 (dois terços) de seus membros, nos termos do art. 43, parágrafo 2º da Lei Orgânica Municipal, e ela **PROMULGA** a seguinte Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º A Lei Orgânica do Município de Ampére passa a vigorar com a redação constante do anexo integrante deste Ato.

Art. 2º Revoga-se a Lei Orgânica promulga em 26 de junho de 2020, bem como todas as suas emendas posteriores.

Art. 3º Esta Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Ampére, Estado do Paraná, em 21 de outubro de 2026.

Irio Barbieri
Presidente da Mesa Diretora

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - **Fone (46) 3547-2301**
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Paulo Egidio Ferraz de Castro
Vice-Presidente da Mesa Diretora
Documento assinado digitalmente
gov.br JONAS EDUARDO TYC DOS SANTOS
Data: 21/10/2026 14:08:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Jonas Eduardo Tyc dos Santos
Primeiro-Secretário

Ana Claudia Correa
Segunda-Secretária

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE AMPÉRE - ESTADO DO PARANÁ

Lei Orgânica do Município de Ampére - Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Ampére, Estado do Paraná, aprovou e a sua Mesa promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal.

PREÂMBULO

Nós, Vereadores e representantes do povo de Ampére, reunidos em Sessão da Câmara Municipal para instituir o ordenamento básico do Município, em consonância com os fundamentos, objetivos e princípios expressos na Constituição da República Federativa do Brasil e na Constituição do Estado do Paraná, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte:

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE AMPÉRE, ESTADO DO PARANÁ:

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 1º O Município de Ampére, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotado de autonomia política, administrativa, financeira, orçamentária e legislativa, nos termos assegurados pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Todo o poder do Município emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Art. 2º O Município adota como símbolos, além dos nacionais e estaduais, a Bandeira, o Hino e o Escudo, cujas características e uso serão definidos em lei municipal.

§ 1º Lei específica regulamentará a forma de utilização dos símbolos de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º O gentílico ou adjetivo pátrio "amperense" designa todo cidadão nascido no Município de Ampére.

Art. 3º O Município poderá criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual e mediante a aprovação da população interessada, em plebiscito prévio ou por meio de consultas populares.

CAPÍTULO II

DOS BENS DO MUNICÍPIO

Art. 4º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, os direitos reais, os créditos, títulos e valores que, a qualquer título, lhe pertençam ou estejam sob sua administração.

Art. 5º Os bens do patrimônio municipal devem ser cadastrados, preservados e tecnicamente identificados.

Parágrafo único. O cadastramento e a identificação técnica dos imóveis do Município devem ser anualmente atualizados, garantindo-se acesso às informações neles contidas.

Art. 6º Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 7º A alienação de bens da Administração Pública Municipal, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, obedecerá às normas da legislação federal, especialmente à Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Seção I

Das Competências Privativas

Art. 8º Compete ao Município, dentre outros:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

X - dispor sobre administração, utilização e alienação de seus bens, respeitada a lei federal;

XI - adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;

XII - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único de seus funcionários, conforme o estabelecido na Constituição Federal;

XIII - dispor sobre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;

XIV - aceitar legados e doações;

XV - promover o planejamento integrado;

XVI - elaborar o plano diretor;

XVII - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e especialmente, no perímetro urbano:

a) determinar o itinerário e os pontos de paradas dos veículos de transporte coletivo;

b) dispor sobre locais de estacionamento de veículos, incluindo táxis;

c) fixar a tarifa dos transportes coletivos municipais e táxis; e

d) sinalizar as vias públicas e estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XVIII - dispor sobre o destino do lixo, bem como sua remoção;

XIX - conceder licença para abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e similares;

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

XX - regulamentar o comércio ambulante; revogar licenças dos que se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, e ao bem-estar, à recreação e ao sossego público; promover o fechamento dos que funcionarem sem licença ou depois da revogação desta;

XXI - fixar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e similares;

XXII - promover o abastecimento de água, serviços de esgoto sanitário, galerias de águas pluviais e fornecimento de iluminação pública;

XXIII - dispor sobre a construção de mercados públicos e feiras livres;

XXIV - regulamentar espetáculos e divertimentos públicos;

XXV - dispor sobre o serviço funerário, cemitérios e sua fiscalização;

XXVI - dispor sobre a poluição urbana em todas as suas formas; e

XXVII - dispor sobre o registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade de erradicação de moléstias de que possam ser portadores ou transmissores, bem como promover a proteção e o bem-estar animal e saúde pública.

Seção II

Das Competências Suplementares

Art. 9º Ao Município compete suplementar a legislação federal e estadual no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse.

Parágrafo único. A competência prevista neste artigo será exercida em relação às legislações federal e estadual no que digam respeito ao peculiar interesse municipal visando a adaptá-las à realidade local.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Município de Ampére, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Parágrafo único. Todos os Poderes do Município de Ampére irão observar os dispositivos do art. 37 da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 11. A publicação das leis e dos atos municipais far-se-á em órgão oficial ou, não havendo, em órgão de imprensa local.

§ 1º A publicação dos atos normativos, através da imprensa, poderá ser resumida.

§ 2º A escolha do órgão da imprensa particular para a divulgação dos atos Municipais será feita por meio de licitação em que se levarão em conta além de preços as circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição.

Art. 12. As publicações relativas às licitações obedecerão à legislação federal aplicável.

Art. 13. A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

I - mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar de:

a) regulamentação de lei;

b) criação ou extinção de gratificações, quando autorizadas em lei;

c) abertura de crédito especial e suplementar;

d) declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa;

e) criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizadas em lei;

f) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da prefeitura não privativas de lei;

g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;

h) aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada;

i) fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;

j) permissão para exploração de serviços e para uso de bens municipais;

k) aprovação de planos de trabalhos dos órgãos da administração direta;

l) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da lei;

m) medidas executórias do plano diretor; e

n) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativas de lei;

II - mediante portaria, quando se tratar de:

a) lotação e relotação nos quadros de pessoal;

b) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais;

c) criação de comissões e designação de seus membros;

d) instituição e dissolução de grupos de trabalho;

e) autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa;

f) abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades; e

g) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

Parágrafo único. Poderão ser delegados os atos constantes do inciso II, do *caput*.

CAPÍTULO III

DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 14. Aos servidores públicos municipais aplicam-se as normas previstas na Constituição Federal e no regime jurídico dos servidores públicos municipais.

CAPÍTULO IV

DAS OBRAS E SERVIÇOS

Art. 15. A execução de obras e a prestação de serviços públicos observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e as disposições da legislação federal pertinente.

Art. 16. A concessão e a permissão de serviços públicos serão disciplinadas e outorgadas na forma da Constituição Federal e da Legislação Federal pertinente.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - **Fone (46) 3547-2301**
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - **Fone (46) 3547-2301**
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 17. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 18. O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, com autonomia política, administrativa e financeira, composta por onze Vereadores.

Parágrafo único. O Poder Legislativo Municipal poderá alterar o número de Vereadores, por meio de emenda à Lei Orgânica, até o ano anterior às eleições, observando a população atual do Município.

Art. 19. As deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões, salvo disposição em contrário prevista nesta Lei Orgânica, na Constituição Federal e no Regimento Interno da Câmara, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Seção II
Dos Subsídios dos Agentes Políticos

Art. 20. Os subsídios dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários serão fixados pela Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente, em até cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato, observado o disposto na Constituição Federal e na Legislação aplicável.

§ 1º Os subsídios de que trata o *caput* serão fixados em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 2º O Presidente da Câmara poderá receber subsídio em valor superior ao estabelecido para os Vereadores em decorrência do exercício da Chefia do Poder Legislativo, observado o disposto no *caput*, e respeitados os limites constitucionais.

§ 3º O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Secretários Municipais farão jus ao décimo terceiro subsídio e ao terço constitucional de férias, desde que tais direitos estejam expressamente previstos em legislação específica que disponha sobre a fixação dos respectivos subsídios.

Seção III
Das Atribuições da Câmara

Art. 21. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre matérias de competência do Município.

Art. 22. Compete privativamente à Câmara Municipal:

I - eleger sua Mesa Diretora;

II - elaborar seu Regimento Interno;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se ausentarem do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

VI - julgar as contas prestadas pelo Prefeito;

VII - fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

VIII - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

IX - autorizar referendo e convocar plebiscito e consulta popular;

X - dar posse aos Vereadores, ao Prefeito e ao Vice-Prefeito;

XI - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei; e

XII - apreciar os vetos do Poder Executivo a projetos de lei.

§ 1º É fixado em trinta dias o prazo para que o Prefeito e os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos solicitados pelo Poder Legislativo.

§ 2º O não atendimento do prazo estipulado no § 1º, do *caput*, faculta ao Presidente da Câmara Municipal recorrer ao Poder Judiciário para fazer cumprir a Legislação.

Art. 23. A Câmara Municipal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Secretários Municipais e quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Prefeito para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.

§ 1º Os Secretários Municipais poderão comparecer à Câmara Municipal ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa Diretora da Câmara Municipal, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

§ 2º A Mesa da Câmara Municipal poderá encaminhar pedidos escritos de informações a Secretários Municipais ou a qualquer das pessoas referidas no *caput* deste artigo, importando nas sanções cabíveis a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Seção IV

Dos Vereadores

Art. 24. Os Vereadores, invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município, sujeitam-se, no âmbito Municipal, às proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto na Constituição Federal para os Membros do Congresso Nacional e na Constituição Estadual para os Membros da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 25. É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) participar de licitação, firmar ou manter contrato com o Município, com pessoa jurídica de direito público, autarquia, sociedade de economia mista, empresa pública, fundação e empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; e

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis *ad nutum* , nas entidades constantes da alínea "a";

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com o Município, ou nele exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea "a", do *caput*;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a", do *caput*; e

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Parágrafo único. No caso previsto no inciso II, "d", do *caput*, não perderá o mandato o Vereador que, na condição de suplente, assumir temporariamente o mandato de Deputado Estadual, Deputado Federal ou Senador, sendo a renúncia obrigatória apenas quando a assunção ocorrer na condição de titular de mandato público eletivo.

Art. 26. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 25, *caput*, da Lei Orgânica;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença, de missão oficial autorizada e de falta motivada, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - que deixar de residir no Município;

VIII - que deixar de tomar posse sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica; e

IX - que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos previstos nos incisos I, II, VI, VII e IX, do *caput*, a perda do mandato será decidida pela Câmara nos termos do Decreto-Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967, ou outra lei federal que venha a substituí-lo.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III, IV, V e VIII, do *caput*, a perda do mandato será declarada pelo Presidente da Câmara Municipal, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos Vereadores ou de partido político representado na Câmara, assegurada a ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º, do *caput*.

Art. 27. Não perderá o mandato o Vereador e a Vereadora:

I - licenciado por motivo de doença, devidamente comprovada;

II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município, desde que autorizado pela Câmara Municipal;

ICP Brasil Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil. A Huner TI Colaborativa da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site.

ON OBSERVATÓRIO NACIONAL Certificação Oficial de Tempo do Observatório Nacional - Ministério da Ciência e Tecnologia
Para consultar a autenticidade do carimbo do tempo, informe o código ao lado no site.
848257969

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

III - para tratar, sem remuneração, de assuntos particulares, desde que o afastamento não ultrapasse a cento e vinte dias por sessão legislativa;

IV - investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, Secretário de Estado ou Ministro de Estado ou equivalente, caso em que será considerado licenciado automaticamente a partir da data em que seja empossado naquele cargo;

V - licenciado em razão de nascimento de filho ou adoção; e

VI - investido em cargo, emprego ou função pública, desde que haja compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º Na hipótese do inciso IV, do *caput*, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

§ 3º Licenciado nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V, do *caput*, o Vereador fará *jus* à percepção do subsídio, como se em exercício do mandato estivesse, ressalvadas as hipóteses em que o afastamento enseje o pagamento de benefício previdenciário pelo Regime Geral de Previdência Social, caso em que não haverá complementação do benefício até o valor do subsídio.

§ 4º Na hipótese do inciso V, do *caput*, será concedida licença seguindo os mesmos critérios e condições estabelecidas para os servidores públicos municipais.

§ 5º Na hipótese de licença em razão de nascimento de filho ou adoção, o suplente será convocado no caso de licença superior a cento e vinte dias, assegurada a remuneração à Vereadora licenciada e ao Vereador licenciado.

§ 6º Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença, sem direito a receber os subsídios mensais, o não comparecimento às sessões de Vereador preso ou afastado temporariamente de suas funções por ordem judicial ou administrativa, enquanto perdurar o afastamento do cargo, salvo na hipótese de decisão judicial autorizar a continuidade do percebimento dos subsídios.

§ 7º Na hipótese do parágrafo anterior, o suplente somente será convocado se a prisão ou afastamento perdurar por mais de cento e vinte dias.

§ 8º A Câmara Municipal poderá regulamentar o disposto neste artigo por resolução.

Seção V

Das Reuniões

Art. 28. No dia 1º de janeiro, às 9h, realizar-se-á a sessão solene de instalação da legislatura, ocasião em que os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão compromisso e tomarão posse, na forma do Regimento Interno da Câmara Municipal, procedendo-se, ainda, à eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º A sessão será presidida pelo último Presidente da Câmara, se reeleito, e, na sua ausência, pelo Vereador eleito que possuir o maior número de mandatos, ainda que não exercidos de forma contínua.

§ 2º Em caso de empate quanto ao número de mandatos, assumirá a Presidência da sessão o Vereador de mais idade.

§ 3º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, contados da data da sessão solene de instalação da legislatura, ressalvados os casos de motivo justo aceitos pela Câmara.

§ 4º No ato da posse, os Vereadores, o Prefeito e Vice-Prefeito deverão comprovar a desincompatibilização, quando exigida, e apresentar declaração de bens, a qual deverá ser atualizada anualmente, nos termos fixados pela legislação federal.

Art. 29. A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, independentemente de convocação, de 2 de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º As sessões previstas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente em que houver sessão ordinária, caso recaiam em sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo.

§ 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º A convocação extraordinária da Câmara Municipal, no período de recesso, far-se-á, em caso de urgência ou de interesse público relevante, na forma de seu Regimento Interno:

I - pelo Presidente da Câmara Municipal;

II - pela maioria dos Vereadores; e

III - pelo Prefeito.

§ 4º Convocada extraordinariamente, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria objeto da convocação.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

§ 5º A convocação de que trata este artigo será realizada pelo Presidente da Câmara Municipal, com designação de dia e horário, nos termos do Regimento Interno.

Art. 30. As sessões extraordinárias, realizadas no período ordinário, serão regulamentadas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal.

Seção VI

Da Mesa Diretora da Câmara Municipal

Art. 31. A Mesa Diretora será composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

Art. 32. O mandato da Mesa Diretora será de dois anos, sendo permitida uma única reeleição para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, independentemente da legislatura.

§ 1º A regra de uma única reeleição aplica-se somente para o mesmo cargo da Mesa Diretora, não impedindo que membro da mesa anterior se mantenha no órgão de direção, desde que em cargo distinto.

§ 2º As atribuições e competência dos membros da Mesa Diretora, a forma de substituição, as eleições para sua composição e dos casos de destituição são definidos no Regimento Interno.

Art. 33. Na composição da Mesa e das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos Políticos.

Art. 34. O fato de estar o Presidente substituindo o Prefeito não impede que, na época determinada, se proceda à eleição para o cargo na renovação da Mesa, cabendo ao presidente eleito prosseguir na substituição do Prefeito.

Seção VII

Das Comissões

Art. 35. A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal ou no ato de que resultar sua criação.

Art. 36. Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar parecer sobre projeto de lei;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Secretários para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer; e

VII - exercer no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da administração indireta.

Parágrafo único. As Comissões parlamentares de inquérito serão criadas mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal, independentemente de deliberação do plenário, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Seção VIII

Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposição Geral

Art. 37. O Processo Legislativo Municipal compreende a elaboração de:

I - emenda à Lei Orgânica;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - decretos legislativos; e

V - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Art. 38. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; e

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

II - do Prefeito.

§ 1º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual.

§ 2º A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, com interstício mínimo de dez dias.

§ 3º A emenda aprovada será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

Subseção II

Das Leis

Art. 39. A iniciativa de projetos de lei compete ao Prefeito, aos Vereadores, às Comissões, à Mesa da Câmara Municipal e aos Cidadãos, observado o disposto nesta Lei Orgânica e na Constituição Federal.

§ 1º São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos na administração direta, autárquica ou fundacional;

II - fixação ou aumento da remuneração dos servidores;

III - regime jurídico, provimento de cargos e empregos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

IV - organização administrativa, matéria orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

V - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal; e

VI - plano plurianual, lei das diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual.

§ 2º A iniciativa popular só poderá ser exercida pelo encaminhamento de projeto de lei à Câmara Municipal subscrito, no mínimo, pelo equivalente a 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no Município.

Art. 40. Não será admitida emenda para aumentar despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvado o disposto no art. 166, §§ 3º e 4º da Constituição Federal; e

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 41. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º Se a Câmara Municipal não se manifestar sobre a proposição de que trata o *caput* em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da Câmara Municipal, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

§ 2º O prazo previsto neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara Municipal, nem se aplica aos projetos de código.

Art. 42. O Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal será enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso, de alínea ou item.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 4º O veto será apreciado em uma única discussão e votação, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Prefeito.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, do *caput*, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, no caso dos §§ 3º e 5º, do *caput*, o Presidente da Câmara Municipal a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 8º O prazo previsto no § 4º, do *caput*, não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 9º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 10. Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

§ 11. Em caso de veto parcial, os dispositivos que não foram vetados serão sancionados, promulgados e publicados, mesmo que o veto dos demais dispositivos ainda não tenha sido apreciado pela Câmara.

Art. 43. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Vereadores.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Parágrafo único. As hipóteses de matérias rejeitadas serão tratadas no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 44. Constituem matéria de lei complementar as expressamente previstas na Constituição Federal.

Parágrafo único. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

Art. 45. Os Decretos Legislativos e as Resoluções serão elaborados nos termos do Regimento Interno e serão promulgados pelo Presidente da Câmara Municipal.

Seção IX

Da Soberania Popular

Art. 46. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo; e

III - iniciativa popular.

Art. 47. O plebiscito é a manifestação do eleitorado municipal sobre fato específico, decisão política, programa ou obra.

§ 1º O plebiscito será convocado pela Câmara Municipal, através de resolução, deliberando sobre requerimento apresentado:

I - por 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município, comprovado pela Justiça Eleitoral;

II - pelo Prefeito; e

III - pela terça parte, no mínimo, dos Vereadores.

§ 2º É permitido circunscrever o plebiscito à área ou população diretamente interessada na decisão a ser tomada, o que deve constar do ato de sua convocação.

Art. 48. O referendo é a manifestação do eleitorado sobre lei municipal ou parte dela.

Parágrafo único. A realização do referendo será autorizada pela Câmara Municipal, por meio de resolução.

Art. 49. Aplicam-se à realização do plebiscito ou de referendo as normas constantes neste artigo e em legislação específica.

§ 1º Considera-se definitiva a decisão que obtenha a maioria dos votos, tendo comparecido, pelo menos, a metade mais um dos eleitores do Município, ressalvado o disposto no art. 47, § 2º da Lei Orgânica.

§ 2º A realização de plebiscito ou referendo, tanto quanto possível, coincidirá com as eleições do Município.

§ 3º O Município deverá alocar recursos financeiros necessários à realização de plebiscito ou referendo.

§ 4º A Câmara Municipal organizará, solicitando a cooperação da Justiça Eleitoral, a votação para a efetivação de um dos instrumentos indicados no *caput*.

Art. 50. Aplicam-se às consultas populares previstas no art. 14, § 12 da Constituição Federal as disposições desta Lei Orgânica para o plebiscito.

Art. 51. A Câmara Municipal fará tramitar o Projeto de Lei de iniciativa popular, nos termos desta Lei Orgânica e de acordo com suas normas regimentais.

Seção X

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 52. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder Executivo.

Parágrafo único. Prestará contas toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens ou valores públicos, ou pelos quais o Município responda, bem como aquela que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 53. As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Art. 54. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º As contas de governo do Prefeito, apresentadas anualmente ao Tribunal de Contas do Estado, serão apreciadas e julgadas pela Câmara Municipal.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 55. A Comissão Permanente da Câmara, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados,

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de dez dias, preste os esclarecimentos necessários.

Art. 56. Os Poderes Executivo e Legislativo manterão sistema de controle interno, apoiado nas informações contábeis, com objetivos de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado; e

III - exercer o controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

Art. 57. São sujeitos à tomada ou a prestação de contas os agentes da administração municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Pública Municipal.

§ 1º O tesoureiro do Município, ou servidor que exerça a função, fica obrigado à apresentação do boletim diário de tesouraria, que será afixado em local próprio, na sede da Prefeitura Municipal.

§ 2º Os demais agentes municipais apresentarão as suas respectivas prestações de contas até o dia quinze do mês subsequente àquele em que o valor tenha sido recebido.

CAPÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO

Seção I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 58. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, com funções políticas, executivas e administrativas exercidas com o auxílio dos Secretários Municipais ou Diretores.

Art. 59. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse nos termos do art. 28 desta Lei Orgânica.

§ 1º Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza nos termos da legislação federal.

§ 2º O Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão o compromisso de posse nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 3º Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 4º Se a Câmara Municipal não se reunir na data prevista no art. 28, *caput*, da Lei Orgânica, a posse do Prefeito e a do Vice-Prefeito poderão efetivar-se perante o Juízo Eleitoral da Comarca.

Art. 60. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença ou impedimento e lhe sucede no caso de vaga ocorrida após a diplomação.

Parágrafo único. O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele convocado.

Art. 61. O Vice-Prefeito poderá ser nomeado para exercer cargo de Secretário Municipal, observados os requisitos aplicáveis.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput*, é vedada a cumulação de remunerações, devendo o Vice-Prefeito optar expressamente entre o subsídio do mandato eletivo ou a remuneração de Secretário.

Art. 62. Em caso de impedimento, ausência ou vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, a sucessão no exercício do Poder Executivo ocorrerá na seguinte ordem: primeiramente, será chamado o Presidente da Câmara Municipal; na impossibilidade deste, seus substitutos regimentais, conforme disposto no Regimento Interno da Câmara; e, caso também não seja viável, serão chamados, sucessivamente, os Vereadores mais votados nas eleições municipais.

§ 1º Na impossibilidade de cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o exercício do Poder Executivo caberá ao Secretário de Administração e Secretário de Finanças e Orçamento, ou equivalente.

§ 2º O Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal não poderão se recusar a assumir o cargo de Prefeito, sob pena de perda de seu cargo na Mesa, salvo se do exercício resultar incompatibilidade eleitoral.

§ 3º Vagando-se os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 4º Ocorrendo a vacância nos dois últimos anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da Lei.

§ 5º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 63. O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, sem autorização da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Art. 64. O Prefeito, regularmente licenciado, terá direito a perceber a remuneração, quando:

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

I - impossibilitado do exercício do cargo por motivo de doença, devidamente comprovada, ou em razão de licença-gestante ou de licença-paternidade, observadas, quanto a estas, as mesmas regras aplicadas aos servidores públicos municipais; e

II - em gozo de férias anuais remuneradas de trinta dias, após o cumprimento do período aquisitivo de doze meses, ficando a seu critério a definição da época de sua fruição.

§ 1º No caso previsto no inciso II, do *caput*, o Prefeito fará *jus* ao recebimento das férias não gozadas durante o exercício do mandato, cujo pagamento deverá ocorrer no mês de janeiro do ano seguinte ao término do mandato.

§ 2º Em caso de reeleição, fica vedada a acumulação de períodos de férias não gozadas entre mandatos, devendo eventual indenização observar exclusivamente o período correspondente ao mandato em encerramento.

Seção II

Das Atribuições do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 65. Compete privativamente ao Prefeito:

I - sancionar, promulgar e publicar as leis, expedir decretos, portarias, regulamentos e outros atos, determinando sua publicação no prazo de quinze dias;

II - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei;

III - representar o Município em Juízo ou fora dele;

IV - ordenar ou autorizar as despesas e pagamentos na conformidade do orçamento e dos créditos abertos legalmente;

V - abrir créditos extraordinários nos casos de calamidade pública *ad referendum* da Câmara Municipal;

VI - celebrar consórcios, convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Lei Orgânica, submetendo-os ao referendo da Câmara Municipal apenas quando tal exigência constar em lei ou no próprio instrumento;

VII - impor multas estipuladas nos contratos bem como as que forem devidas ao Município e expedir ordens necessárias a sua cobrança;

VIII - declarar a utilidade pública de bens imóveis, para fins de desapropriação, decretá-las e instituir servidões administrativas;

IX - fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos e aqueles explorados pelo Município, de acordo com os critérios gerais estabelecidos em lei local ou em convênios;

X - fazer aferir, pelos padrões legais, os pesos, medidas e balanças em uso nos estabelecimentos comerciais e similares;

XI - prover os cargos públicos;

XII - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, nos termos fixados nesta Lei Orgânica;

XIII - dar publicidade, de modo regular, aos atos da administração, inclusive balancetes mensais e balanço anual;

XIV - prestar à Câmara Municipal, dentro de trinta dias, a contar da data da solicitação, as informações pedidas;

XV - resolver no prazo da legislação federal, sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;

XVI - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia de cumprimento de seus atos;

XVII - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos e o uso de bens públicos por terceiros, respeitando o disposto na legislação pertinente;

XVIII - promover a transcrição no Registro de Imóveis, das áreas doadas ao Município em processo de loteamento;

XIX - aplicar sanções administrativas a servidor da prefeitura omisso ou remisso na prestação de contas do dinheiro público sujeitos à sua guarda;

XX - superintender a arrecadação dos tributos, preços e outras rendas, bem como a guarda e aplicação da receita dentro das disponibilidades ou dos créditos votados pela Câmara Municipal;

XXI - arguir a inconstitucionalidade de atos da Câmara Municipal;

XXII - dispor sobre a estruturação e a organização dos serviços municipais, observadas as normas legais pertinentes; e

XXIII - praticar quaisquer atos de interesse do Município que não estejam reservados, explícita ou implicitamente à competência da Câmara Municipal.

Art. 66. O Prefeito poderá delegar por decreto, a seus auxiliares, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva, sendo, porém, indelegáveis as atribuições a que se refere o art. 65, *caput,* incisos I, II, V, VIII, XI, XII, XIV, XVI, XX e XXII.

Seção III
Da Transição Administrativa

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Art. 67. Fica instituído o Processo de Transição de Governo - PTG - no Município de Ampére, para possibilitar ao candidato eleito ao cargo de Prefeito inteirar-se do funcionamento dos órgãos e entidades da administração pública municipal e preparar atos de sua iniciativa a serem editados imediatamente após a posse.

Art. 68. O PTG terá as fases de:

I - constituição da Equipe de Transição de Governo - ETG;

II - instalação da ETG;

III - execução de reuniões de transição; e

IV - encerramento da ETG.

Art. 69. O termo inicial para constituição da ETG é de até quinze dias contados da proclamação do resultado da eleição.

Art. 70. A constituição da ETG e a designação de seus membros serão feitas por ato do Prefeito.

§ 1º A ETG será composta por até seis membros indicados pelo Prefeito e até seis membros indicados pelo candidato eleito.

§ 2º A ETG será coordenada conjuntamente por dois membros, um indicado pelo Prefeito e outro indicado pelo candidato eleito.

§ 3º Poderão ser convocados outros servidores do Poder Executivo e profissionais especializados para prestar assessoramento sobre assuntos que exijam conhecimento técnico.

§ 4º Os membros escolhidos na forma do §§ 1º e 2º, do *caput*, bem como o assessoramento de que trata o § 3º, do *caput*, serão considerados prestação de serviço público relevante e não ensejarão qualquer tipo de remuneração.

Art. 71. A instalação se dará mediante a disponibilização ao candidato eleito da infraestrutura e do suporte administrativo e logístico necessários para o desempenho de suas atividades.

Art. 72. As propostas orçamentárias para os anos em que ocorrerem eleições para Prefeito poderão prever dotações orçamentárias próprias, alocadas em ação específica no Gabinete do Prefeito para atendimento das despesas decorrentes do disposto nesta seção.

Art. 73. A ETG se reunirá semanalmente de forma ordinária, com a possibilidade de convocação extraordinária pelo candidato eleito.

Parágrafo único. Na primeira reunião da ETG, deverá ser estabelecido programa de trabalho com definição de datas específicas para realização de apresentações e balanços pelos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Art. 74. A ETG terá acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas, projetos, relatórios contábeis, estrutura e quadro de cargos do Poder Executivo, sem prejuízo de outros dados que entender relevantes ao PTG.

Art. 75. Os titulares dos órgãos e entidades do Poder Executivo ficam obrigados a fornecer as informações solicitadas pela ETG e a prestar-lhe o apoio técnico e administrativo necessário aos seus trabalhos.

Art. 76. O encerramento da ETG se dará em até dez dias após a posse do candidato eleito.

Art. 77. Os membros da ETG deverão manter sigilo dos dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização.

Seção IV

Da Responsabilidade do Prefeito

Art. 78. Os crimes comuns e os de responsabilidade que o Prefeito praticar serão julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado, nos termos da legislação federal aplicável.

Parágrafo único. Nas infrações político-administrativas, o Prefeito será julgado pela Câmara Municipal, nos termos da legislação federal aplicável.

Seção V

Dos Secretários

Art. 79. Os Secretários Municipais e os agentes políticos serão escolhidos pelo Prefeito, dentre brasileiros maiores de dezoito anos, no exercício dos seus direitos políticos.

Parágrafo único. Compete aos Secretários Municipais auxiliar o Prefeito na administração do Município, dentro de suas respectivas áreas de atuação, ficando os mesmos responsáveis pelos atos de improbidade administrativa que cometerem.

TÍTULO IV

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

CAPÍTULO I

DOS TRIBUTOS

Art. 80. Compete ao Município instituir os tributos municipais nos termos da Constituição Federal e da legislação aplicável.

§ 1º A política tributária do Município obedecerá às normas estabelecidas na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, consubstanciadas no Código Tributário Municipal.

§ 2º O Código Tributário Municipal estabelecerá as medidas para que os contribuintes sejam esclarecidos sobre os tributos lançados e cobrados pelo Município.

§ 3º Pertencem ao Município as receitas previstas na Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 81. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias; e

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º A lei orçamentária compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito de voto; e

III - o orçamento da seguridade social.

§ 4º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 5º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita nos termos da lei.

§ 6º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 7º O Município seguirá, no que for compatível, a sistemática descrita pelo art. 165, *caput*, da Constituição Federal.

Art. 82. Os Projetos de Lei sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais serão enviados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo nos seguintes prazos:

I - para o primeiro ano do mandato:

a) o plano plurianual, até o dia 30 de junho e devendo ser devolvido para sanção até o dia 15 de agosto do mesmo ano;

b) as diretrizes orçamentárias, com entrada até o dia 31 de agosto e devendo ser devolvidas para sanção até o dia 15 de outubro do mesmo ano; e

c) o orçamento anual, com entrada até o dia 31 de outubro e devendo ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II - para os demais anos do mandato:

a) diretrizes orçamentárias, com entrada até o dia 15 de abril e devendo ser devolvidas para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa; e

b) o orçamento anual, com entrada até o dia 31 de agosto e devendo ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 83. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Comissão competente da Câmara Municipal, conforme seu Regimento Interno, à qual caberá:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Poder Executivo; e

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

§ 1º As emendas serão apresentadas na Comissão competente da Câmara Municipal, que sobre elas emitirá parecer; e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 2º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos; e

b) serviço da dívida;

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 4º O Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não exarado o parecer da Comissão competente da Câmara Municipal.

§ 5º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo as demais normas previstas para o processo legislativo comum.

§ 6º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 7º Na elaboração e discussão dos projetos de leis de orçamentos devem ser observadas as normas relativas às finanças públicas e à gestão fiscal instituída por leis federais.

TÍTULO V

DA ORDEM ECONÔMICA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 84. Toda atividade econômica desenvolvida no Município obedecerá aos princípios constitucionais.

Art. 85. Dentro de sua competência constitucional, o Município de Ampére assegurará a todos os princípios da ordem econômica, com suas bases na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, existência digna, interesses da coletividade, observando os seguintes princípios:

I - autonomia do Município;

II - propriedade privada;

III - livre concorrência;

IV - fomentar a livre iniciativa;

V - defesa dos usuários dos serviços públicos e dos consumidores;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - eliminar entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica:

a) assistência técnica;

b) créditos especializados e subsidiados;

c) estímulos fiscais e financeiros; e

d) serviço de suporte informativo ou de mercado;

VIII - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica independente de autorização dos órgãos públicos municipais, salvo nos casos previstos em Lei.

Art. 86. O trabalho é obrigação social e garantido a todos o direito ao emprego e à justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art. 87. As microempresas e as empresas de pequeno porte assim diferenciadas, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, serão beneficiadas, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, por meio da lei.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Art. 88. O Município, em ação integrada com a União, o Estado e a Sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, fazendo a prevenção e responsabilizando a quem de direito, pelos danos a ele causados, democratizando a fruição de bens e serviços essenciais.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA URBANA

Art. 89. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o plano de desenvolvimento das funções da cidade e seus bairros, dos aglomerados urbanos e povoados e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor aprovado pela Câmara Municipal, de implantação e observância obrigatória, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação urbana expressas no plano diretor.

§ 3º Os imóveis urbanos desapropriados pelo Município por necessidade ou utilidade pública serão pagos com prévia e justa indenização em dinheiro.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA

Art. 90. A política agrícola municipal será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, armazenamento e transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

III - a assistência técnica e extensão rural;

IV - o cooperativismo e associativismo;

V - a eletrificação rural e irrigação; e

VI - a habitação para o trabalhador rural.

Parágrafo único. A política de desenvolvimento rural tem por objetivo o desenvolvimento socioeconômico do meio rural e a garantia de um padrão de vida digno aos que nele residem e trabalham.

Art. 91. O Poder Público Municipal assegurará a orientação técnica da produção agropecuária, o estímulo à organização rural, os conhecimentos sobre a racionalização do uso e preservação de recursos naturais, prioritariamente aos pequenos e médios agricultores rurais, coparticipando com os Governos Estadual e Federal na manutenção dos serviços de assistência técnica e extensão rural oficial no Município.

Art. 92. O Município promoverá o desenvolvimento do meio rural, observando as suas potencialidades econômicas, sociais e dos recursos naturais, mediante elaboração de um plano de desenvolvimento rural, contando com a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, formado pelas organizações atuantes no meio rural, entidades representativas dos produtores e trabalhadores rurais, setores de comercialização, armazenamento e de transporte, líderes de comunidades, profissionais técnicos dos vários organismos, iniciativa privada e dos Governos Estadual e Federal.

Art. 93. Para execução dos objetivos na área agropecuária, o Município deverá dispor de recursos do orçamento, que serão destinados ao departamento agropecuário.

Art. 94. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário deverá subsidiar as decisões do Executivo e Legislativo, referentes ao planejamento e alocação de recursos e a política agropecuária, assim como apoiar a Prefeitura na execução da mesma.

Art. 95. Para execução da política agropecuária, o Município terá como meta as seguintes tarefas:

I - orientar sobre técnicas de recuperação, de preservação e utilização dos recursos naturais e meio ambiente;

II - desenvolver junto à população rural processos educativos visando ampliar a compreensão dos aspectos estruturais da economia agropecuária;

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

III - estimular a geração e adaptação de tecnologias de produção e criação agropecuária móvel, prioritariamente aos pequenos e médios produtores rurais;

IV - viabilizar postos de venda direto do produtor aos consumidores;

V - apoiar e estimular com infraestrutura básica necessária para criação de associações de pequenos produtores rurais; e

VI - criar e manter à disposição da população, um posto de pesagem e classificação de produtos agropecuários.

Art. 96. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, fixará normas que regularizem:

I - plantio de árvores próximo a fontes de água, margens de córregos e divisas;

II - culturas invasoras em áreas lindeiras;

III - sistema integrado de curvas de nível;

IV - construção de açudes.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INDUSTRIAL

Art. 97. A política municipal de desenvolvimento industrial e empresarial será planejada e executada na forma da lei específica, visando ao fortalecimento, à diversificação e à ampliação da atividade econômica local, levando em conta, especialmente:

I - o incentivo à instalação, ampliação e modernização de empreendimentos industriais e empresariais;

II - a geração de emprego e renda e a valorização da mão de obra local;

III - o estímulo à inovação, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à modernização dos processos produtivos;

IV - a implantação, ampliação e adequada infraestrutura de distritos, áreas e polos industriais e empresariais;

V - a concessão de incentivos econômicos, fiscais e administrativos, na forma da lei;

VI - o apoio às microempresas, empresas de pequeno porte e demais empreendimentos locais;

VII - o incentivo à diversificação das atividades econômicas e à implantação de novos setores produtivos; e

VIII - a observância das normas urbanísticas, ambientais e de desenvolvimento sustentável.

Parágrafo único. A política municipal de desenvolvimento industrial e empresarial terá por objetivo promover o desenvolvimento econômico sustentável do Município, ampliar as oportunidades de trabalho e renda, estimular a competitividade e a inovação e melhorar a qualidade de vida da população.

TÍTULO VI

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO I

DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 98. A assistência social será prestada no âmbito da competência municipal a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, organizada em sistema descentralizado e participativo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social, tendo por objetivos:

I - a proteção social à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à pessoa com deficiência e ao idoso;

II - o amparo às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua inclusão social e comunitária; e

V - o desenvolvimento de programas de geração de trabalho e renda para populações em situação de vulnerabilidade.

Art. 99. A ordem social tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

CAPÍTULO II

DA SAÚDE

Art. 100. A saúde é direito de todos e dever do poder público, assegurada mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem à eliminação do risco de doenças e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

§ 1º O dever do Poder Público não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

§ 2º Entende-se como saúde a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade e aos meios de produção e acesso às ações e serviços de saúde.

Art. 101. O Município orientará um centro de informação e orientação referente ao uso adequado de plantas e ervas medicinais no Município, respeitadas as normas de saúde pública.

Parágrafo único. A capacitação do pessoal na área da medicina natural será facilitada pelo Município, através do Departamento de Assistência Social, em colaboração com o Conselho Municipal Comunitário em Saúde e Bem-Estar Social.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção I

Da Educação

Art. 102. O Município organizará seu sistema de ensino em regime de colaboração com a União e o Estado, atuando, prioritariamente, na educação infantil e no ensino fundamental.

§ 1º O Município aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos municipais e transferências recebidas do Estado e da União.

§ 2º Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; e

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Art. 103. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; e

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 104. Integram o atendimento ao educando os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 105. O Poder Executivo submeterá à aprovação da Câmara Municipal projeto de lei destinado à estruturação do Sistema Municipal de Ensino, o qual disporá, obrigatoriamente, sobre a organização administrativa e técnico-pedagógica do órgão municipal de educação, bem como encaminhará os projetos de lei necessários à instituição e à garantia de:

I - Plano de Carreira do Magistério Municipal;

II - Estatuto do Magistério Municipal;

III - Organização da gestão democrática do ensino público municipal;

IV - Conselho Municipal de Educação; e

V - Plano Plurianual de Educação.

§ 1º O Plano de Carreira do Magistério Municipal terá promoção horizontal e vertical, mediante critérios justos de aferição do tempo de serviço efetivamente trabalhado na educação, avaliação do desempenho, bem como do aperfeiçoamento profissional.

§ 2º O Município estabelecerá, na forma da lei, garantias e condições técnicas adequadas ao exercício do Magistério.

Art. 106. Será assegurada em lei a participação efetiva e proporcional de todos os segmentos sociais envolvidos, direta ou indiretamente, no processo educacional do Município, no Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. A composição do Conselho Municipal da Educação não será inferior a 7 e nem superior a onze membros efetivos.

Art. 107. A escolha dos diretores nas escolas municipais será feita através de voto direto, como dispuser a lei.

Seção II

Da Cultura

Art. 108. O Município apoiará a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente, as ligadas ao seu patrimônio, à sua comunidade e aos seus bens.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Art. 109. Ficam sob a proteção do Município os patrimônios histórico-culturais, localizados em seu território, tombados por ele, pelo Estado ou pela União, observada a Legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual.

Seção III

Do Desporto

Art. 110. O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e à promoção desportiva dos clubes locais.

Art. 111. O lazer terá incentivos do Município como forma de promoção social.

Art. 112. As ações do poder Público Municipal e a destinação dos recursos para o setor devem priorizar:

I - o esporte amador;

II - o lazer popular; e

III - a criação e a manutenção de instalações esportivas recreativas nos programas e projetos da urbanização e moradia popular e nas unidades educacionais, exigindo igual participação da iniciativa privada.

CAPÍTULO IV

DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 113. O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a difusão e a capacitação tecnológica, através de:

I - apoio e subvenção do Poder Público Municipal às pesquisas científicas e tecnológicas e sua difusão com vistas ao bem público, e voltadas, prioritariamente, à resolução de problemas e ao desenvolvimento do Município;

II - apoio à formação de recursos humanos nas áreas de ciência e tecnologia; e

III - concessão de condições especiais de trabalho aos que se ocuparem do desenvolvimento científico e tecnológico.

Art. 114. O Município recorrerá, preferencialmente, aos órgãos de pesquisas estaduais e federais nele sediados, promovendo a integração regional, através da condução de programas, e em consonância com as necessidades das diversas demandas científicas, tecnológicas e ambientais afetas às questões municipais.

Art. 115. O Poder Público Municipal recorrerá aos órgãos de pesquisas sediados no Município para o desenvolvimento e repasse de novas metodologias para aprimoramento de suas atividades nas áreas de planejamento urbano, saneamento, transporte, habitação, proteção, controle, educação ambiental, alimentação e outras.

Art. 116. O Poder Público Municipal criará programas de difusão de tecnologia que sejam fáceis para o alcance comunitário, visando à assimilação e ao estímulo à ciência e a tecnologia.

Art. 117. A lei apoiará e estimulará empresas que invistam em pesquisas, criação de tecnologia adequada ao Município, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração, desvinculados do salário, que assegurem ao empregado participação nos ganhos econômicos resultantes de seu trabalho.

CAPÍTULO V

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM,

DO IDOSO E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Seção I

Da Família

Art. 118. O Município em cooperação com a União, com o Estado e com a participação da sociedade civil, promoverá políticas públicas de apoio à família, reconhecida como base da sociedade e destinatária de especial proteção do Poder Público, nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

§ 1º As políticas municipais de apoio à família compreenderão ações destinadas à promoção da autonomia, da inclusão social e da melhoria das condições de vida das famílias, por meio de incentivos técnicos e financeiros, subvenções sociais, convênios, programas de transferência e geração de renda, qualificação profissional, empreendedorismo e integração ao mercado de trabalho, com prioridade para aquelas em situação de vulnerabilidade social.

§ 2º O Município assegurará a proteção à maternidade, à paternidade responsável e ao planejamento familiar, observados os princípios da dignidade da pessoa humana, da liberdade de decisão do casal e da paternidade responsável, sendo vedada qualquer forma de coerção por parte de instituições públicas ou privadas.

§ 3º O Município desenvolverá ações integradas de prevenção, proteção, acolhimento e enfrentamento de todas as formas de violência doméstica e familiar, especialmente aquelas praticadas contra a mulher, a criança, o adolescente, o jovem, o idoso e a pessoa com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

deficiência, articulando-se com os sistemas estadual e federal de proteção, bem como com os órgãos e entidades integrantes das redes de atendimento.

§ 4º As ações previstas neste artigo observarão os princípios da proteção integral da família, da igualdade de direitos, da inclusão social, da solidariedade, da participação comunitária e da promoção da dignidade da pessoa humana.

Seção II

Da Criança e do Adolescente

Art. 119. É dever do Município, em ação conjunta com a União, o Estado, a sociedade e a família, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais previstos no art. 227, *caput*, da Constituição Federal, observadas as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º A garantia de prioridade à criança e ao adolescente compreende:

I - primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

II - precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

III - preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; e

IV - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente.

§ 2º Os programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente incluirão, entre suas metas:

I - a assistência materno-infantil, com aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde nessa área;

II - programas de prevenção e atendimento especializado para crianças e adolescentes com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social, mediante treinamento para o trabalho e a convivência e facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação; e

III - programas de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes em situação de dependência de drogas e substâncias entorpecentes.

§ 3º O Município não concederá incentivos fiscais, financeiros ou creditícios a empresas e entidades privadas que descumpram a legislação de proteção ao trabalho do adolescente, inclusive a garantia de acesso à escola, ou que se valham de trabalho infantil.

§ 4º O Município adotará medidas de prevenção e combate a toda forma de negligência, abuso, violência, exploração, crueldade e opressão contra crianças e adolescentes,

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-26 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

articulando-se com os órgãos estaduais e federais de proteção e garantindo o funcionamento da rede de proteção local.

Seção III

Do Jovem

Art. 120. O Município em cooperação com a União, com o Estado e com a participação da sociedade, assegurará aos jovens a efetivação dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, promovendo políticas públicas que garantam seu desenvolvimento integral, sua autonomia e sua participação na vida social, econômica, política e cultural, com prioridade nas áreas de educação, saúde, profissionalização, cultura, esporte, lazer, cidadania, emprego e geração de renda.

§ 1º O Município formulará, coordenará e executará políticas públicas de juventude em caráter intersetorial, articulando ações entre os diversos órgãos da Administração Pública e assegurando a participação efetiva dos jovens em sua elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação, inclusive por meio do Conselho Municipal da Juventude ou órgão equivalente.

§ 2º O Município dispensará atenção especial aos jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social, garantindo-lhes acesso prioritário aos programas e serviços de assistência social, educação, qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho, cultura, esporte, lazer e geração de renda.

§ 3º As políticas municipais de juventude terão como objetivos promover a inclusão social, a igualdade de oportunidades, o protagonismo juvenil, a participação cidadã, a prevenção da violência e a valorização da diversidade, respeitando os direitos humanos e as peculiaridades da população jovem.

§ 4º O Município poderá firmar parcerias com entidades públicas e privadas, organizações da sociedade civil e instituições de ensino para o desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à promoção dos direitos da juventude.

Seção IV

Do Idoso

Art. 121. A família, a sociedade e o Município têm o dever de amparar as pessoas idosas, nos termos do Estatuto da Pessoa Idoso, assegurando-lhes participação na comunidade, defesa de sua dignidade e bem-estar e garantia do direito à vida, em consonância com a Constituição Federal.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

§ 1º Os programas de amparo e cuidado ao idoso serão executados preferencialmente em seus lares e no ambiente familiar, adotando-se o acolhimento em asilos apenas em caráter excepcional, quando esgotadas as alternativas de permanência no convívio familiar e comunitário.

§ 2º O Município promoverá a integração social do idoso, mediante:

I - centros de convivência e programas de lazer, cultura, esporte e turismo acessíveis;

II - programas de saúde preventiva, atendimento geriátrico e gerontológico e de cuidados domiciliares;

III - programas de educação continuada e de valorização da experiência dos idosos; e

IV - ações de combate ao abandono, à violência, ao abuso financeiro e a qualquer forma de discriminação em razão da idade.

§ 3º O Município articulará suas ações com os serviços estaduais e federais de proteção ao idoso, e adotará as providências necessárias ao encaminhamento de situações de risco ou de violação de direitos.

§ 4º É assegurada a prioridade de atendimento ao idoso nos serviços públicos municipais, nas unidades de saúde e nos equipamentos de assistência social.

Seção V

Da Pessoa com Deficiência

Art. 122. O Município, no âmbito de suas competências, assegurará todos os direitos fundamentais a uma vida digna e humana à pessoa com deficiência nos termos das Constituições Federal e Estadual.

Parágrafo único. O Município, isoladamente ou em cooperação, manterá programas destinados à assistência às pessoas com deficiência, com o objetivo de assegurar:

I - prevenção das deficiências físicas, mentais, intelectuais e sensoriais, assegurando o direito à habilitação e reabilitação quando possível;

II - participação em concurso público e ingresso no mercado de trabalho, conforme regulamentado em lei;

III - especificação das obras e serviços adequados às necessidades da pessoa com deficiência, assim como controle da população sobre aplicação da legislação e sanções decorrentes da sua não aplicabilidade;

IV - respeito aos direitos humanos;

V - tendo discernimento, ser ouvido sempre que esteja em causa o seu direito;

VI - não ser submetido a intromissões arbitrárias e ilegais na vida privada, na família, no domicílio ou correspondência;

VII - exprimir livremente sua opinião sobre todas as questões, consoante a idade; e

VIII - atendimento médico e psicológico.

Art. 123. O Município adotará as providências necessárias para assegurar a plena acessibilidade nos logradouros, espaços públicos, edifícios de uso público, sistemas de transporte coletivo e serviços municipais, eliminando barreiras arquitetônicas, de comunicação e de tecnologia, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade e com a legislação federal e estadual aplicáveis.

§ 1º Os projetos de obras públicas municipais deverão observar obrigatoriamente os requisitos de acessibilidade universal desde a fase de planejamento, sendo vedada a aprovação de projetos em desconformidade com as normas técnicas vigentes.

§ 2º O Município garantirá a comunicação acessível nos serviços públicos municipais, incluindo o uso de Língua Brasileira de Sinais - Libras, sistemas de leitura em Braille, audiodescrição e outros recursos de tecnologia assistiva.

CAPÍTULO VI

DO MEIO AMBIENTE

Art. 124. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso do solo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à comunidade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Município:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - definir, em Lei complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos, e a forma da permissão para a alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

III - exigir, na forma da Lei, para a instalação de obra, atividade ou parcelamento do solo potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prático de impacto ambiental a que se dará publicidade;

IV - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

V - promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a prevenção do meio ambiente; e

VI - proteger a flora e a fauna, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam animais à crueldade.

§ 2º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções administrativas e penas, independente das obrigações de reparar os danos causados.

CAPÍTULO VII

DO TRANSPORTE

Art. 125. O transporte público constitui direito fundamental do cidadão e serviço público essencial, cabendo ao Município planejar, organizar, regulamentar, fiscalizar e garantir a adequada prestação dos serviços de transporte coletivo, observados os princípios da universalidade, acessibilidade, eficiência, segurança, modicidade tarifária e continuidade.

§ 1º A política municipal de transporte coletivo será orientada para assegurar à população acesso amplo e adequado aos serviços públicos, às oportunidades de trabalho, educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

§ 2º As tarifas do transporte coletivo deverão ser fixadas de forma a garantir a qualidade, a eficiência e a sustentabilidade do serviço, observada a capacidade econômica dos usuários e os princípios da modicidade tarifária e do interesse público.

§ 3º A operação e a execução dos serviços de transporte coletivo poderão ser realizadas diretamente pelo Município ou mediante concessão, permissão ou outra forma de delegação prevista em lei, observadas as normas constitucionais e legais aplicáveis.

§ 4º O Município promoverá a acessibilidade universal no sistema de transporte coletivo, assegurando que os veículos e demais equipamentos públicos destinados ao transporte sejam adaptados às necessidades das pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e demais usuários que demandem atendimento especial, em percentual e condições definidos em lei.

§ 5º O Município assegurará, na forma da lei:

I - tarifa diferenciada equivalente aos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino; e

II - gratuidade no transporte coletivo às pessoas com deficiência, observados os critérios e procedimentos estabelecidos em legislação específica.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

§ 6º O Município adotará medidas destinadas à modernização do sistema de transporte coletivo, à ampliação da acessibilidade, à melhoria da qualidade dos serviços e à promoção da mobilidade urbana sustentável.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 126. As emendas à Lei Orgânica Municipal terão sua numeração iniciada a partir da promulgação desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Fica vedada a reinicialização da numeração a cada exercício.

Art. 127. O processo legislativo digital da Câmara Municipal constitui meio oficial de protocolo, tramitação, instrução, apreciação, votação, sanção, promulgação, publicação e arquivamento das proposições legislativas no âmbito do Município.

§ 1º O Poder Legislativo e o Poder Executivo deverão utilizar o sistema oficial de processo legislativo digital para o envio, recebimento, protocolo, tramitação e acompanhamento das proposições, documentos e atos relacionados ao processo legislativo municipal.

§ 2º A tramitação em meio físico somente será admitida em caso de comprovada inviabilidade técnica de utilização do sistema digital, devendo os atos praticados, sempre que possível, ser posteriormente digitalizados e incorporados ao sistema oficial.

§ 3º A autenticidade, a integridade, a validade jurídica e a publicidade dos atos praticados no sistema de processo legislativo digital observarão os requisitos definidos em ato próprio da Câmara Municipal.

Art. 128. São considerados feriados municipais:

I - o aniversário de Emancipação Política do Município de Ampére, Estado do Paraná, dia 28 de novembro;

II - festividade da Padroeira do Município de Ampére, Estado do Paraná, Santa Terezinha do Menino Jesus, dia 1º de outubro;

III - Sexta-feira da Paixão (feriado Religioso); e

IV - Corpus Christi (Feriado Religioso).

Art. 129. Será considerado feriado municipal facultativo o Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março.

Art. 130. Fica revogada a Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990.

Art. 131. Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal, entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Ampére
CNPJ 01.977.127/0001-28 ESTADO DO PARANÁ
Rua Maringá, 287 - Cx. Postal 22 - Fone (46) 3547-2301
85640-000 - Ampére - Paraná
camaramunicipal789@gmail.com

Câmara Municipal de Ampére, Estado do Paraná, 21 de outubro de 2026.

Irio Barbieri
Presidente da Mesa Diretora

Paulo Egidio Ferraz de Castro
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Documento assinado digitalmente
gov.br JONAS EDUARDO TYC DOS SANTOS
Data: 21/10/2026 14:03:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Primeiro-Secretário

Ana Claudia Correa
Segunda-Secretária

Cod472833

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 015/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 109/2026
JORGE LUIZ SANTIN, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me foram conferidas pela legislação vigente, em cumprimento ao disposto no art. 75 inciso VIII da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICO o processo de Dispensa de Licitação N°. 015/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – RSU no Município de Barracão/PR, compreendendo, conforme as necessidades e quantitativos definidos no processo licitatório, a coleta, o transporte e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos, observadas as normas técnicas, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis.
Publique-se.
Barracão/PR, 21 de outubro de 2026.
JORGE LUIZ SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL

Cod472842

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 023/2026

PROCESSO LICITATORIO N° 110/2026
JORGE LUIZ SANTIN, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me foram conferidas pela legislação vigente, em cumprimento ao disposto no art. 74 inciso I da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICO o processo de Inexigibilidade de Licitação N°. 023/2026.
Objeto: AQUISIÇÃO DE 310 (TREZENTOS E DEZ) EXEMPLARES FÍSICOS DO LIVRO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PROJETO ATITUDES–ATITUDES, BOAS MANEIRAS, VALORES E CIDADANIA, SENDO 300 (TREZENTOS) EXEMPLARES DESTINADOS AOS ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL – ENSINO REGULAR E 10 (DEZ) EXEMPLARES DESTINADOS AOS RESPECTIVOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BARRACÃO/PR.
Publique-se.
Barracão/PR, 21 de outubro de 2026.
JORGE LUIZ SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL

Cod472843

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde do Município de Barracão/PR.
OBJETO: Chamamento Público para credenciamento de pessoas jurídicas especializadas (clínicas de Fonoaudiologia) para eventual prestação de serviços de saúde na área de Fonoaudiologia, compreendendo anamnese, avaliação, diagnóstico e tratamento continuado dos distúrbios da comunicação humana, linguagem, voz, motricidade orofacial, audição e deglutição/disfagia, destinados ao atendimento universal, gratuito e continuado dos usuários da rede pública do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Barracão/PR, conforme especificações e condições estabelecidas no edital e seus anexos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os arts. 74, inciso IV, e 79, inciso I, e demais disposições aplicáveis.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).
RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES E DA DOCUMENTAÇÃO: A partir de 22 de outubro de 2026, das 08h às 11h30min e das 13h às 17h30min, permanecendo o edital aberto para o ingresso de novos interessados durante toda a sua vigência, conforme as condições estabelecidas no instrumento convocatório.
LOCAL E FORMA DE ENTREGA: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Barracão/PR, situado na Rua São Paulo, nº 235, Centro, Barracão/PR, ou pelo e-mail licitacao@barracao.pr.gov.br, devendo o recebimento ser confirmado pelo telefone (49) 99151-4998.
ACESSO AO EDITAL: O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no sítio eletrônico oficial do Município de Barracão/PR.
ESCLARECIMENTOS: Pelo e-mail licitacao@barracao.pr.gov.br ou pelo telefone (49) 99151-4998.
Barracão/PR, 21 de outubro de 2026.
JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito Municipal

Cod472846

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

PORTARIA Nº 207/2026

A Prefeita Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o requerimento protocolado sob o n° 562/2026, RESOLVE:
EXONERAR
Art. 1º–A pedido, a partir de 08 de outubro de 2026, o(a) Sr(a). JEIZEBEL DE FATIMA SCHNEIDERS, portador(a) do CPF n° XXX.914.XXX-00, do cargo de Meredeira, admitido(a) através de Processo Seletivo Simplificado–PSS, em 11 de agosto de 2025 conforme a Portaria nº 233/2025
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.
Coronel Domingos Soares Pr., em 15 de outubro de 2026.
MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA
PREFEITA MUNICIPAL

Cod472797

PORTARIA Nº 208/2026

A Prefeita Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o requerimento protocolado sob o n° 570/2026, RESOLVE:
EXONERAR
Art. 1º–A pedido, a partir de 13 de outubro de 2026, o(a) Sr(a). ROGERIO PIETRO BOM, portador(a) do CPF n° XXX.169.XXX-50, do cargo de Psicólogo, admitido(a) através de Processo Seletivo Simplificado–PSS, em 20 de agosto de 2025 conforme a Portaria nº 241/2025
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.
Coronel Domingos Soares Pr., em 18 de outubro de 2026.
MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA
PREFEITA MUNICIPAL

Cod472828

TERMO ADITIVO 5
CONTRATO 157/2022-PMCDS

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de toners e refil de tinta ecotank para impressoras, para atender a demanda dos Departamentos de Administração, Finanças, Esportes, Saúde, Procuradoria, Assessoria de Gabinete, Planejamento e Engenharia..
Pelo presente instrumento particular o MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, representado neste ato pela Prefeita Maria Antonieta de Araújo Almeida, brasileira, casada, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Rua Lauro Eschemback, n° 21, de CPF n° 396.207.199-72 e RG n°1445025-4 (SSP/PR) em pleno exercício de seu mandato e funções, e DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a RUA MAJOR EMIDIO DE CASTRO , 431–CEP: 15014420–BAIRRO: VILA SANTO ANTONIO, São José do Rio Preto/SP, inscrita no CNPJ sob n° 10.210.196/0001-00 neste ato devidamente representada por ANDRÉ CORREA DA ROCHA de CPF 220.578.458-77, têm entre si justa e acordada a celebração do presente Termo Aditivo de Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Das alterações
Considerando a necessidade do serviço público, com fulcro na Lei nº 14.133/21 aliado ao contido em Contrato, houve por bem entre as partes aditar referido termo em seus prazos de execução, constante da Cláusula terceira em adicionais de 12 (doze) meses no que diz respeito ao objeto contratual, finalizando a execução em 24/10/2027 e vigência em 24/10/2027.
Adita-se também a Clausula Quarta, com base nos índices do INPC acumulados no período imediatamente anterior, correspondendo ao índice percentual acumulado de 4,293630%, entre outubro de 2025 e setembro de 2026, compondo doravante o seguinte importe unitário:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Reajuste unitário	Preço unitário reajustado
01	01	CB435A/CB436ACE285A	UN	R$ 1,37	R$ 33,38
01	02	CE278A	UN	R$ 1,37	R$ 33,38
01	03	CE285A	UN	R$ 1,37	R$ 33,38
01	04	CE283A	UN	R$ 1,37	R$ 33,38
01	05	CF217A	UN	R$ 1,91	R$ 46,49
01	06	CF219A	UN	R$ 2,85	R$ 69,16
01	07	C7115A	UN	R$ 4,17	R$ 101,34
01	08	D1015	UN	R$ 2,11	R$ 51,27
01	09	D105L	UN	R$ 2,11	R$ 51,27
01	10	D111S	UN	R$ 2,11	R$ 51,27
01	11	ML1665	UN	R$ 2,11	R$ 51,27
01	12	LH217A	UN	R$ 1,77	R$ 42,93
01	13	TK1112	UN	R$ 1,91	R$ 46,49
01	14	D203U	UN	R$ 2,70	R$ 65,58
01	15	BQ283A	UN	R$ 1,47	R$ 35,76
01	16	BQMLT203U	UN	R$ 2,65	R$ 64,38
01	17	BQ5949A/7553A	UN	R$ 1,96	R$ 47,69
01	18	BQMLT104	UN	R$ 2,21	R$ 53,65
01	19	BQMLT1610/PE220	UN	R$ 2,31	R$ 56,05
01	20	BQMLT105L	UN	R$ 2,06	R$ 50,08
01	21	Q2612A	UN	R$ 1,33	R$ 32,20
01	22	15111L	UN	R$ 2,06	R$ 50,08
01	23	MLT116L	UN	R$ 2,85	R$ 69,16
01	24	PB210E	UN	R$ 6,28	R$ 152,62
01	25	KIT 04 REFIL TINTA COLORIDA ECOTANK EPSON MODELO L3110/T554	UN	R$ 3,09	R$ 75,11
01	26	KIT 04 REFIL TINTA COLORIDA ECOTANK EPSON MODELO L120/T664	UN	R$ 3,19	R$ 77,50
01	31	TN 1060 PRETO	UN	R$ 1,47	R$ 35,76
01	33	ML1610	UN	R$ 1,96	R$ 47,69

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Conhecimento do Termo Aditivo
Ao firmar este instrumento declaram as PARTES terem plena ciência de seu conteúdo, sendo que as alterações passam a vigorar a partir da data de assinatura deste termo, permanecendo as demais cláusulas dos Contratos em tela inalteradas.
CLÁUSULA TERCEIRA: Do Foro Competente
As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.
Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.
Coronel Domingos Soares–PR., 20/10/2026.

_____
Município de Coronel Domingos Soares
Contratante

_____
Contratado

Cod472801

ADENDO 01

=Processo 124/20256– Pregão 52/2026
Considerando a necessidade de ajustar o Edital de licitação n° 52/2026, passa a vigorar conforme segue abaixo, permanecendo inalterado outros dispositivos do certame:
ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO
1.4. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
14.1. Para o item 01:
Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
1. Declaração de matrícula atualizada em curso de Licenciatura em Artes ou diploma de conclusão do referido curso, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
14.2. Para o item 02:
Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
1. Diploma de curso superior de Dança reconhecido na forma da lei; diploma ou certificado de habilitação profissional em curso técnico de Dança reconhecido na forma da lei; diploma de curso superior de Dança expedido por instituição estrangeira, devidamente revalidado no Brasil.
14.3. Para o item 03:
Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
1. Diploma de curso superior de Dança reconhecido na forma da lei; diploma ou certificado de habilitação profissional em curso técnico de Dança reconhecido na forma da lei; diploma de curso superior de Dança expedido por instituição estrangeira, devidamente revalidado no Brasil.
14.4. Para o item 04:
Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
1. Declaração de matrícula atualizada em curso de Licenciatura em Música ou diploma de conclusão do referido curso, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
2. Certificado de curso de formação em Fanfarra, com carga horária mínima de 30 (trinta) horas, ou qualificação equivalente e compatível com a atividade.

ICP Brasil Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil. A Huner TI Colaborativa da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site.

ON OBSERVATÓRIO NACIONAL Certificação Oficial de Tempo do Observatório Nacional - Ministério da Ciência e Tecnologia
Para consultar a autenticidade do carimbo do tempo, informe o código ao lado no site.
848257969

14.5. Para o item 05:
Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
1. Declaração de matrícula atualizada em curso de Licenciatura em Música ou diploma de conclusão do referido curso, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
14.6. Para o item 06:
Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
1. Declaração de matrícula atualizada em curso de Licenciatura em Música ou diploma de conclusão do referido curso, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
14.7. Para o item 07:
Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
1. Declaração de matrícula atualizada em curso de Licenciatura em Música ou diploma de conclusão do referido curso, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
14.8. Para o item 08:
Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
1. Declaração de matrícula atualizada em curso de Licenciatura em Artes ou Licenciatura em Música, ou diploma de conclusão do referido curso, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
14.9. Para o item 09:
Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
1. Declaração de matrícula atualizada em curso de Licenciatura em Artes ou Licenciatura em Música, ou diploma de conclusão do respectivo curso, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
2. Certificado de curso de Regência de Coral, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas. 3. Certificado de curso de Técnica Vocal, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.
O presente adendo será, além de publicado no DIOEMS, será disponibilizado no site do Município http://www.pmcds.pr.gov.br/licitacao/, na aba “portal de transparência”/”licitações”, na Plataforma Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil-BLL.
2. A “Agenda de eventos” constante do preâmbulo do edital passa a vigorar na seguinte disposição de datas e horários:
“- ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: as 08h (horário local) do dia 05 de novembro de 2026. LOCAL: Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br.
- INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 08h30min (horário local) do dia 05 de novembro de 2026. LOCAL: Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br.
Centro Administrativo Adão Reis, em 21 de outubro de 2026.

Fernanda Roberta da Rosa
Pregoeira

Cod472803

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026
A Prefeitura de Coronel Domingos Soares torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 13 de novembro do ano de 2026, na plataforma Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua Alfonso de Almeida Rocha, Esq. Rua José Maria B. Silveira	Reforma e ampliação de Creche	Área Construída 284,96 m² Área de Reforma 236,27 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura https://www.pmcds.pr.gov.br/licitacao/ e na plataforma Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Coronel Dominfos Soares, 21 de outubro de 2026.

Cod472831

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Quinta-Feira, 22 de Outubro de 2026 Ano XV – Edição Nº 3722 Página 30 / 042

PREFEITURA MUNICIPAL NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE

LEI Nº. 1291/2026

20.10.2026
SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.239, de 18 de novembro de 2025, que cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (FMSBA) e institui o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município de Nova Esperança do Sudoeste e dá outras providências.
A Câmara Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, JAIME DA SILVA STANG, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei.
Art. 1º O artigo 2º da Lei Municipal nº 1.239, de 18 de novembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 2º. O Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA do Município de Nova Esperança do Sudoeste, de natureza contábil, com a finalidade de custear ações destinadas à universalização e ao aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico cuja execução seja de competência do Município e não constitua obrigação contratual do prestador, em conformidade com o Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental.
Parágrafo 1º. São finalidades específicas do FMSBA:
I – garantir contrapartida financeira a operações de crédito para financiamento de investimentos em infraestruturas e bens vinculados aos serviços municipais de saneamento básico, especialmente as celebradas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a Caixa Econômica Federal ou com outros agentes financeiros que operem com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
II – garantir contrapartida a contratos de repasse de recursos objeto de transferências voluntárias de entes da Federação ou de outras fontes não onerosas, destinados a investimentos em ações de saneamento básico no Município de Nova Esperança do Sudoeste;
III – garantir o pagamento de amortizações, juros e outros encargos financeiros relativos às operações de crédito previstas no inciso I;
IV – cobrir despesas extraordinárias decorrentes de investimentos emergenciais nos serviços de saneamento básico;
V – financiar diretamente ações de investimento em infraestruturas e outros bens vinculados aos serviços de saneamento básico de titularidade do Município.
Parágrafo 2º. A gestão administrativa do FMSBA será exercida pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por meio de sua unidade financeira e contábil, sob fiscalização e controle do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, constituído na forma da legislação municipal.
Art. 2º O artigo 4º da Lei Municipal nº 1.239, de 18 de novembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 4º. As receitas líquidas do FMSBA serão depositadas obrigatoriamente em conta especial aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, em nome do próprio Fundo, inscrito no respectivo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.
§ 1º As disponibilidades de recursos do FMSBA, exceto as vinculadas a desembolsos de curto prazo e a garantias mínimas de contratos de financiamento, deverão ser investidas em aplicações financeiras com prazos e liquidez compatíveis com o respectivo plano de aplicação.
§ 2º O plano de aplicação dos recursos do FMSBA deverá respeitar o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e integrará o orçamento anual do município.
§ 3º As disponibilidades de recursos do FMSBA, exceto as vinculadas a desembolsos de curto prazo e a garantias mínimas de contratos de financiamento, deverão ser investidas em aplicações financeiras com prazos e liquidez compatíveis com o respectivo plano de aplicação.
§ 4º O saldo financeiro do FMSBA, apurado ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.
§ 5º O orçamento do FMSBA integrará o orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste e sua contabilidade será organizada de forma a permitir o pleno controle e a gestão da execução orçamentária.
§ 6º Constituem passivos do FMSBA as obrigações de qualquer natureza assumidas para a execução dos programas e ações de saneamento básico previstos no Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental e no Plano Plurianual, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Art. 3º O artigo 15 da Lei Municipal nº 1.239, de 18 de novembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 15. São objetivos do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município de Nova Esperança do Sudoeste:
I–levantar o patrimônio ambiental natural, étnico e cultural do Município de Nova Esperança do Sudoeste;
II–localizar e mapear áreas críticas onde se desenvolvam atividades com utilização de recursos naturais ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como, empreendimentos capazes de causar degradação ambiental a fim de permitir a vigilância e o controle desses procedimentos e o cumprimento da legislação vigente;
III–colaborar no planejamento municipal mediante recomendações à proteção do patrimônio ambiental do Município;
IV–estudar, definir e propor normas e procedimentos visando à proteção ambiental do Município;
V–promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do Município;
VI–fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e proteção do meio ambiente;
VII–colaborar em campanhas educacionais relativas ao meio ambiente e aos problemas de saúdes de saneamento básico, de uso e ocupação racional de águas e solos;
VIII–manter intercâmbio com entidades públicas e privadas de pesquisas e atividades ligadas ao conhecimento e proteção ambiental;
IX–identificar, prever e comunicar as agressões ambientais ocorridas no Município, diligenciando efetiva apuração e sugerindo aos poderes e órgãos públicos as medidas cabíveis, além de contribuir, em caso de emergência para mobilização da comunidade;
X–participar ativamente da elaboração da Politica Municipal de Saneamento, bem como no seu planejamento e avaliação;
XI–participar, opinar e deliberar sobre a elaboração sobre a implementação dos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município;
XII–participar na promoção da universalização dos serviços de saneamento básico, assegurando a sua qualidade por meio do acompanhamento de seus indicadores e do cumprimento das metas fixadas nos planos municipais;
XIII–acompanhar o cumprimento das metas fixadas em contratos de concessões e programas das empresas concessionarias dos serviços de água e esgoto;
XIV–promover estudos destinados a adequar os anseios da população à Politica Municipal de Saneamento;
XV–buscar o apoio de órgãos e entidades realizadoras de estudos sobre meio ambiente e saneamento, de modo a dispor de subsídios técnicos e legais na implementação de suas ações;
XVI–apresentar propostas versando sobre a matéria que lhe é de interesse, sempre acompanhados de exposição de motivos;
XVII–apreciar e opinar sobre os casos que lhe forem submetidas pelas autoridades competentes;
XVIII–elaborar, aprovar e reformar seu próprio Regimento Interno, dispondo sobre a ordem dos trabalhos e sobre a constituição, competência e funcionamento;
XIX – Estabelecer as diretrizes e os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná em 20 de outubro de 2026.
JAIME DA SILVA STANG
Prefeito Municipal

Cod472826

PORTARIA Nº. 154/2026.

EMENTA: Exonera a pedido servidora pública Andrea Cunha da Costa do cargo de provimento efetivo e dá outras providências.
JAIME DA SILVA STANG, Prefeito Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar a pedido Servidora pública Municipal, Andrea Cunha da Costa, ocupante do Cargo Efetivo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal do Município de nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná.
Art. 2. A exoneração de que trata esta Portaria produzirá efeitos retroativos a 16 de outubro de 2026, conforme solicitação formalizada por meio do Protocolo nº 483, de 21 de outubro de 2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL de Nova Esperança do Sudoeste–PR, em 21 de outubro de 2026.

_____
JAIME DA SILVA STANG - Prefeito Municipal -

Cod472841

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2026

O MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.589.289/0001-32, com sede na Avenida Iguaçu, 750, centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste, estado do Paraná, torna público que no dia 09 de novembro de 2026, às 09h00min, no endereço acima mencionado, realizará PREGÃO ELETRÔNICO, destinado ao: registro de preços para a eventual e parcelada aquisição de materiais de esquadria e prestação de serviços de solda e ferraria, para manutenção dos prédios públicos do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná. Critério de julgamento: Menor preço por item. Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 09h00min do dia 09 de novembro de 2026, no endereço eletrônico: Compras.gov.br (www.compras.gov.br).
Os interessados em participar da presente licitação, vão encontrar o edital e seus anexos nos sites Compras.gov.br (www.compras.gov.br) e www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.
Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados por escrito ao Pregoeiro pelo endereço eletrônico licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.
Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 21 de outubro de 2026.

JAIME DA SILVA STANG Prefeito Municipal		TIAGO MARTINS Pregoeiro

Cod472821

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 341/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N° 44/2026, homologado em 20 de outubro de 2026, RESOLVE registrar os preços para a eventual e parcelada aquisição de placas indicativas e de inauguração de obras, para atender as necessidades do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, de conformidade com o seguinte:
ORGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE – PR, CNPJ nº 95.589.289/0001-32
DETENTOR DA ATA: EDUARDO HAGIHARA LANDIM DA SILVA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 23.909.321/0001-09, DETENTORA DOS ITENS à saber:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	10	UN	Placa, tipo Inauguração, em aço inox, medindo 50x35 cm, com os caracteres em alto relevo e fundo preto destacando as letras, conforme modelo em anexo, texto a ser definido pelo departamento responsável, não é necessária instalação.	259,00	2.590,00

TOTAL DA ATA	2.590,00

FORO: Comarca de Salto do Lontra–PR.
Nova Esperança do Sudoeste, PR, 21 de outubro de 2026.

_____
JAIME DA SILVA STANG
MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
ÓRGÃO GERENCIADOR

_____
EDUARDO HAGIHARA LANDIM DA SILVA ME
CNPJ: 23.909.321/0001-09
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cod472822

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº. 35/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 131/2026
DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL
RATIFICO, nos termos do inciso II do art. 74 da Lei 14.133/21, contendo parecer jurídico da Procuradoria Jurídica do Município, que declarou inexigível a licitação, referente à contratação do Show Artístico da “Banda Pérola Negra”, para animação das festividades em comemoração do aniversário do Município no dia 12 de dezembro de 2026 no Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, de acordo com a solicitação do Departamento competente e orçamento em anexo.
CONTRATADA: PEROLA NEGRA MUSICAL LTDA
CNPJ: 28.281.549/0001-10
VALOR TOTAL: R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: 90 (noventa) dias.
Nova Esperança do Sudoeste, PR, 21 de outubro de 2026
JAIME DA SILVA STANG
Prefeito Municipal

Cod472823

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

EXTRATO DO CONTRATO N.º 337/2026
PROCESSO N° 140/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 21/10/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.161.181/0001-08, com sede em Palmas - PR, na Avenida Clevelândia, nº 521, representado legalmente neste ato pelo Senhor Prefeito Municipal, Daniel Ricardo Langaro.
CONTRATADA: CTA SERVICOS MEDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 32.175.503/0001-94, com sede na Rua Natal Fornazari 05-33 – Tangaras – Bauru/SP CEP: 17.035-070, telefone (14) 98176-9500 (14) 98145-2400, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Rodrigo Gouveia Do Nascimento.
OBJETO: Contratação de clínica ou comunidade terapêutica, especializada na prestação de serviços de longa permanência, destinada ao acolhimento institucional de homens e mulheres (de 18 a 59 anos) com ou sem vínculo familiar, em situação de risco bem como ao domicílio coletivo a portadores de transtornos psiquiátricos, deficiência mental e dependência química, em condições de respeito, dignidade e cidadania.

CTA SERVICOS MEDICOS LTDA					
Item	Qntd.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	120,00	UN	Contratação de clínica ou comunidade terapêutica, especializada na prestação de serviços de longa permanência, destinada ao acolhimento institucional de homens e mulheres com ou sem vínculo familiar, bem como ao domicílio coletivo a portadores de transtornos psiquiátricos, deficiência mental e dependência química, em condições de respeito, dignidade e cidadania. (75512-1)	7.400,00	888.000,00
TOTAL					888.000,00

RECURSOS:

Secretaria Municipal de Assistência Social;			
08.244.0033.2051	- Desenvolvimento fundo municipal e das ações de assistência social	1000	3.3.90.39
08.244.0033.2052	- FNAS proteção social básica	1934 1936 1940	3.3.90.39
08.244.0033.2054	- FNAS proteção social especial	1938 1939	3.3.90.39

VALOR GLOBAL: R$ 888.000,00 (oitocentos e oitenta e oito mil reais).
Fiscalização:

Secretaria	Fiscalizador/Gestor	Nome do Servidor	Matrícula Funcional
Assistência Social	Fiscal Técnico	TEREZINHA ROSA BOBELA	3204030
Assistência Social	Fiscal Administrativo	ILIANE FLORKOVSKI MARTINS	1204961
Assistência Social	Gestor	RUBIANA CRISTINE MATOSO TERENCIO	3204030

FATURAMENTO: deverá ser apresentado, na sede do contratante, acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal necessárias.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.
FORO: Comarca de Palmas, Estado do Paraná.

Cod472824

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO 002/2025

Data da Assinatura do Termo: 12 de dezembro de 2025.
DONATÁRIO – MUNICÍPIO DE PALMAS, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ nº 76.161.181/0001-08, com sede na Avenida Clevelândia, nº 521, Centro, Palmas/PR, neste ato representado pelo Prefeito Daniel Ricardo Langaro.
DOADORES:
a) CONDA ALMEIDA BAPTISTA, CPF nº 052.758.599-88.
b) MAURICIO MARCONDES STAHLSCHMIDT, CPF nº 798.087.439-00.
c) FAZENDA PASTORE LTDA, CNPJ nº 21.573.446/0001-85; representante legal Marcelino Pastore.
d) HAMILTON ABDALLA BATISTA, CPF nº 285.265.469-53.
e) INDUSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES LTDA, CNPJ nº 77.911.261/0001-98; representante legal João Carlos Ribeiro Pedroso.
f) EDMIR ANTONIO FERREIRA DE SIQUEIRA, CPF nº 371.283.539-68.
g) JOSE AUGUSTO BODANESE PACHECO, CPF nº 634.733.729-00.
h) JUCELITO BORDIN, CPF nº 552.106.789-20.
i) WILSON ALMEIDA OLIVO, CPF nº 819.837.009-91.
j) CRISTIANO RIBAS CARNEIRO, CPF nº 773.528.239-72.
k) AURO DA APARECIDA RAMOS DE MELLO, CPF nº 221.971.849-20.
l) DAGLIANO PAIM, CPF nº 017.166.189-32.
m) VALDECIR LUDWIG, CPF nº 789.583.509-20.
n) JONAS FEITUCH DE MELLO, CPF nº 041.082.979-03.
o) LUIZ CLARET FISTAROL DE ARAUJO, CPF nº 354.295.189-72.
p) FRANCISCO HEROCHI HAMADA, CPF nº 164.410.879-87.
q) HELIO CAPELLETTI, CPF nº 998.951.379-15.
r) RODRIGO JOSÉ FIORESE, CPF nº 009.131.539-58.
s) SEBASTIÃO AUGUSTO DRIESEN JUNIOR, CPF nº 085.192.599-52.
t) LUIZ ADÃO LUSTOSA MARCHESOTTI, CPF nº 452.004.679-34.
u) VILMAR JOSÉ CARNEIRO, CPF nº 580.605.029-72.
v) MOACIR FIRMINO CAMARGO, CPF nº 221.973.119-72.
w) HELIO ERECE BANNACH STAHLSHMIDT, CPF nº 193.344.359-68.
Objeto – Doação, sem encargos, pelos DOADORES, de projeto técnico para a implantação de pavimentação asfáltica rural no trecho Fundo Grande/Pastamec, Distrito de Padre Ponciano, no Município de Palmas/PR, com coordenada inicial 404002 7068273 e final 411527 7070767, com 10 km de extensão, incluindo memorial justificativo, projeto executivo e orçamento da obra.
Responsável técnico – Projeto a ser elaborado pela empresa MAFFER ENGENHARIA, CONSTRUTORA E INCORPORADORA, CNPJ nº 52.602.434/0001-65, sob responsabilidade técnica de Fernando José da Silva, CREA-PR 149274/D, ART 1720256742530.
Valor – Atribui-se ao objeto/prestação de serviços doados ao Município o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
Foro – Comarca de Palmas, Estado do Paraná.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.
Palmas, 20 de outubro de 2026.
Daniel Ricardo Langaro
Prefeito

Cod472819

TERMO ADITIVO Nº 142/2025

QUARTO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 253/2025, referente ao Processo nº 75/2025 – Pregão Eletrônico nº 23/2024, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE PALMAS** e a empresa **BETHA SISTEMAS LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE PALMAS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.161.181/0001-08, com sede à Avenida Clevelândia, nº 521, Centro, CEP 85.555-000, neste ato legalmente representado por seu Prefeito, **Daniel Ricardo Langaro**, e de ora em diante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **BETHA SISTEMAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.456.865/0001-67, com sede na Rua Júlio Gaidzinski, n.º 320, Pio Corrêa, Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP 88.811-000, telefone (48) 3431-0733, e-mail comercial@betha.com.br, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Matias Meier, doravante designada **CONTRATADA**, com amparo legal no Capitulo VI "DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS", da Lei nº 14.133/21, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

Considerando o Memorando nº 13.645/2026 da Controladoria Geral do Município e documentos que o acompanham.

Considerando o parecer jurídico: *"Ex positis, opino pela realização da alteração contratual solicitada, com a diminuição da quantidade originalmente contratada (redução de de meta física), nos termos previstos no art. 125 da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, mediante a elaboração do respectivo instrumento aditivo entre as partes contratantes MUNICÍPIO DE PALMAS e o fornecedor BETHA SISTEMAS LTDA., nos estritos termos que constam do pedido feito pela Controladoria – Geral do Município (...)"*

Considerando o despacho do Excelentíssimo Prefeito: *"II – Elabore-se o termo aditivo contratual concernente, nos termos solicitados pela Controladoria – Geral do Município, para a diminuição da quantidade originalmente contratada (redução de meta física) com o fornecedor BETHA SISTEMAS LTDA., conforme previsão no art. 125 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, com a necessária e anterior execução das condicionantes que contam do referido parecer."*

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica aumentada a quantidade inicialmente contratada, conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Valor mensal	Preço Total
43	170	UN	Licenciamento do módulo de Controle Interno	R$ 1.457,96	R$ 247.853,20
				TOTAL	**R$ 247.853,20**

As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Palmas – PR, 06 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE PALMAS
Daniel Ricardo Langaro- Prefeito

BETHA SISTEMAS LTDA.
Matias Meier – Representante

Cod472800

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Av. Clevelândia, 521 - Centro - Palmas
CEP: 85555-000 CNPJ: 76.161.181/0001-08 Telefone: (46) 3263-7000
E-mail: gabinete@pmp.pr.gov.br Site: http://pmp.pr.gov.br

CONCORRÊNCIA
Nr.: 9/2026

Processo Adm.: 134/2026
Data do Processo: 11/08/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 134/2026
b) Nr. Licitação: 9/2026 - CE
c) Modalidade: Concorrência eletrônica
d) Data de Homologação: 21/10/2026
e) Objeto da Licitação: *CONCESSÃO DE USO REAL SOBRE BEM IMÓVEL*

Lote: 1

Participante: PUTON & DAL MOLIN LTDA (85.482.594/0001-77)

Item	Especificação
1	Terreno localizado na Área Industrial, registrado sob Matrícula 13.812 com área de 10.588,55 m² (dez mil, quinhentos e oitenta e oito metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados), contendo um barração construído em alvenaria e cobertura em telha de amianto com aproximadamente 310 M² (trezentos e dez metros quadrados) em condições regulares de conservação.

Palmas, 21 de Outubro de 2026

.....

.....

Assinatura do Responsável

Sistema: Compras - Usuário: kamenine. Emissão: 21/10/2026, às 10:27:03. Protocolo: 7f69c61e-1305-4df9-9246-530c480293dd

Cod472811

MUNICÍPIO DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

AV. CLEVELÂNDIA, 521, CENTRO - CX POSTAL 111 - FONE (46) 3263-7013/7014

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RECEITAS

NOME	PERÍODO	VALOR
FPM	11 A 20/10/2026	R$ 579.434,48
PREFEITURA	11 A 20/10/2026	R$ 199.732,00
COTADAF	11 A 20/10/2026	R$ 21.064,72
FUNDOSAUDE	11 A 20/10/2026	R$ 560.050,39
IPM	11 A 20/10/2026	R$ 7.750,40
PALMASQSE	11 A 20/10/2026	R$ 273.440,45
PREFEITURA	11 A 20/10/2026	R$ 5.525,85
CIDE	11 A 20/10/2026	-R$ 56.042,13
PNATESEED	11 A 20/10/2026	R$ 92.145,33
IPVA	11 A 20/10/2026	R$ 49.908,48
ICMS	11 A 20/10/2026	R$ 1.820.795,98
DEPALTRAN	11 A 20/10/2026	R$ 2.800,31
SIMPLESNACIONAL	11 A 20/10/2026	R$ 70.940,67
PR411760FMSCUSTEIOSUS	11 A 20/10/2026	R$ 411.450,99
FAFESTADUALCUSTEIO	11 A 20/10/2026	R$ 170.725,00
PISOÚNICO	11 A 20/10/2026	R$ 25.000,00
PROCJUD	11 A 20/10/2026	R$ 2.434,18
PALMAS-FEB	11 A 20/10/2026	R$ 868.792,05
INFRAPAVIMVIASURB.	11 A 20/10/2026	R$ 447.475,02
SEAB ESTRADAS INTEGRACAO	11 A 20/10/2026	R$ 825.067,50
PMP PALMAS TRIBUTOS	11 A 20/10/2026	R$ 690.615,19
PMP PALMAS GERAL	11 A 20/10/2026	R$ 188.778,58
PMP PALMAS COPEL	11 A 20/10/2026	R$ 337.039,53

Eduardo Boese Alves
Secretaria Municipal de Finanças

Cod472820

Realização:

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO – EDITAL Nº 01/2026 – PNAB CICLO 02

O Departamento Municipal de Cultura de Palmas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o resultado da etapa de habilitação dos proponentes classificados no âmbito do Edital nº 01/2026 – Fomento a Ações Culturais, da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) – Ciclo 02, instituída pela Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022.

Fica assegurado aos interessados o prazo de **03 (três) dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação deste resultado, para a apresentação de recursos, conforme estabelecido na Quinta Retificação do Edital.

Os recursos poderão ser apresentados por meio de protocolo eletrônico, via sistema 1Doc, de protocolo físico junto ao Departamento Municipal de Cultura ou encaminhados para o endereço eletrônico **cultura@pmp.pr.gov.br**, observados os procedimentos e as disposições estabelecidos no Edital e em suas retificações.

DANÇA - AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO
Verônica Rigon Rocha	100	1º	Habilitado	-
Kamile de Oliveira Ribeiro	100	2º	Habilitado	-
Rafaela Santos Marin	100	3º	Habilitado	-
Lauana Silveira de Lima	90	4º	Desabilitado	Ausência de documentação
Andressa Hermann	85	5º	Desabilitado	Ausência de documentação
Admir da Silva Fortunato	80	6º	Habilitado	-
Diana Vale de Oliveira Tobias	80	7º	Habilitado	-
Leandro Fidelis	75	8º	Habilitado	-
Liliane Bartholomei Gritten	70	9º	Desabilitado	Ausência de documentação

DANÇA - COTAS – PESSOAS INDÍGENAS (Coletivo)

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO
Diana Vale de Oliveira Tobias	80	1º	Habilitado	-

DANÇA - COTAS - PESSOAS NEGRAS

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO
Admir da Silva Fortunato	80	1º	Habilitado	-

Realização:

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

MINISTÉRIO DA CULTURA

MÚSICA - AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO
Jaison Luis Crestani	100	1º	Habilitado	-
Krisley Motta dos Santos	95	2º	Desabilitado	Ausência de Certidão de Débitos Trabalhistas
Michel Esmério Giusti	95	3º	Habilitado	-
Gabriel Neves Alves	75	4º	Desabilitado	Ausência de documentação
Romario Fernandes Soares	60	5º	Habilitado	-
Claudir Padilha	55	6º	Habilitado	-
Helen Juliana Melo Caldas	55	7º	Habilitado	-
Lucilene Ap. Godoy de Souza	50	8º	Dasabilitado	Ausência de Certidão Municipal
Luciane Ap. da Silva	45	9º	Habilitado	-
Clorival Barbosa Pedroso	40	10º	Habilitado	-
			Desabilitado	Ausência de comprovante de endereço ou declaração em nome do responsável
Everton Luiz da Silva	40	11º		
Ray Pereira Ribas Bois	35	12º	Habilitado	-
João Pedro C. Wolinger	30	13º	Desabilitado	Ausência de Documentação
Douglas Vieira Ramos	30	14º	Desabilitado	Ausência de Documentação
Ana Maria Meneghetti	30	15º	Habilitado	-

MÚSICA - COTAS - PESSOAS NEGRAS

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO
Romario Fernandes Soares	60	1º	Habilitado	-
				Ausência de comprovante de endereço ou declaração em nome do responsável
Everton Luiz da Silva	45	2º	Desabilitado	
Douglas Vieira Ramos	30	3º	Desabilitado	Ausência de Documentação

Realização:

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

MINISTÉRIO DA CULTURA

MÚSICA - COTAS – PCD

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO
Helen Juliana Melo Caldas	55	1º	Habilitado	-

TEATRO E ARTE CIRCENSE – AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO
Diogo Athur Serpa Brunetti	100	1º	Habilitado	-
Thiago da Rosa Correia	100	2º	Habilitado	-
Uliana Vitória Brizola Rodrigues	80	3º	Habilitado	-
Carla Vitória Maciel	70	4º	Desabilitado	Ausência de Documentação

MEU PRIMEIRO PROJETO - AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO
Gabriela dos Santos	100	1º	Habilitado	-
APMF - Escola Alto da Glória	95	2º	Habilitado	-
Cintia de Souza Santos	90	3º	Habilitado	-
Maria Eduarda dos Santos Chaves	85	4º	Desabilitado	Ausência de Certidão Negativa Municipal
Carlos Roberto dos Santos	80	5º	Desabilitado	Pendência na documentação exigida para a etapa de habilitação.
João Pedro Alves Ferreira	80	6º	Desabilitado	Pendência na documentação exigida para a etapa de habilitação.
Luciano Antonio Tobias	80	7º	Habilitado	-
João Francisco Marques	70	9º	Habilitado	-
Alcione Ferreira da Silva	65	10º	Desabilitado	Ausência de Certidão de Débitos Estadual
Luis Carlos de Oliveira Camargo	65	11º	Desabilitado	Ausência de Documentação
Caroline Machado Bittencourt	65	12º	Desabilitado	Ausência de Documentação

Realização:

André Luis Souza da Silva	55	13º	Desclassificado	Já contemplado com recurso de fomento
Paulo Sergio Dresch	55	14º	Habilitado	-
Jacson Lucas de Oliveira Sutil	55	15º	Habilitado	-
Patrícia dos Santos Testa	45	16º	Desabilitado	Ausência de Documentação
Morielton Garcia de Souza	45	17º	Desabilitado	Ausência de Documentação
Suzana Freitas dos Santos	40	18º	Habilitado	-
Clovis Luiz da Silva	35	19º	Desabilitado	Ausência de comprovante de endereço em nome do proponente ou declaração assinada pelo agente cultural
Adelir Pires	35	20º	Desabilitado	Pendência na documentação exigida para a etapa de habilitação.
Vitória Cavalcante Wolinger	35	21º	Desclassificado	Já contemplado com recurso de fomento

MEU PRIMEIRO PROJETO - COTAS – PESSOAS INDÍGENAS (Coletivo)

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO
Luciano Antonio Tobias	80	1º	Habilitado	-

MEU PRIMEIRO PROJETO - COTAS - PESSOAS NEGRAS

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO
Carlos Roberto dos Santos	80	1º	Desabilitado	Pendência na documentação exigida para a etapa de habilitação.
João Pedro Alves Ferreira	80	2º	Desabilitado	Pendência na documentação exigida para a etapa de habilitação.
João Francisco Marques	70	3º	Habilitado	-
Alcione Ferreira da Silva	65	4º	Desabilitado	Ausência de Certidão de Débitos Estadual

Realização:

Suzana Freitas dos Santos	40	5º	Habilitada	-

FESTIVAL PÉ VERMELHO – AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO
Dionatan Alves Finkler	100	1º	Habilitado	-
Dinarte Scopel	95	2º	Habilitado	-
ADESC	55	3º	Habilitado	-

Palmas,20 de outubro de 2026.

Marcos Roberto C. Terencio
Diretor do Departamento Municipal de Cultura

Cod472845

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRANCHITA

DECRETO Nº 130/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRANCHITA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais nos termos do Artigo 70, Inciso IX da Lei Orgânica de Pranchita, resolve
EXONERAR
CRISTIANE FATIMA MAGRI MINUSSI, CPF Nº 040.689.779-41, por retorno de Licença para Tratamento de Saúde do Conselheiro MARIO MIGUEL IASINSKI, a partir de 16 de outubro de 2026. CRISTIANE ocupava a função de Conselheira Tutelar interinamente conforme o Decreto Nº 094/2026, retornando então à lista dos suplentes.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRANCHITA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito

Cod472825

PORTARIA Nº 169/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRANCHITA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do requerimento do interessado, e em conformidade com a Lei Municipal n° 1113/2015 e Acórdão n° 3239/2021 TCE-PR, resolve
CONCEDER
à ELIZETE DE FATIMA BERNARDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zeladora, licença especial por 3 (três) meses, a partir de 02 de novembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 25/11/2015 a 24/11/2020.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRANCHITA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito

Cod472798

PORTARIA Nº 171/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRANCHITA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do requerimento do interessado, e em conformidade com a Lei Municipal n° 1113/2015 e Acórdão n° 3239/2021 TCE-PR, resolve
CONCEDER
à NOEMIA SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitária de Saúde, licença especial por 3 (três) meses, a partir de 03 de novembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 25/11/2020 a 24/11/2025.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRANCHITA, EM 19 DE OUTUBRO DE 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito

Cod472799

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 244/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09
CONTRATADO: ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER EPP.
CNPJ N° 07.426.663/0001-11.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE AMPLIAÇÃO EM ESCOLA MUNICIPAL.
ORIGEM: Concorrência–Eletrônica Normal n° 7/2026 .
VIGÊNCIA: 12 meses, de 21/10/2026 à 20/10/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 184.400,00 (Cento e Oitenta e Quatro Mil e Quatrocentos Reais).
Pranchita, 21 de outubro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

Cod472804

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 243/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09
CONTRATADO: VALMIR MACHADO.
CNPJ N° 69.497.847/0001-20.
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTOR, PRESTADOR DE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO E JARDINEIRO.
ORIGEM: Inexigibilidade Credenciamento/Chamamento n° 3/2025 .
VIGÊNCIA: 12 meses, de 21/10/2026 à 20/10/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 57.630,00 (Cinqüenta e Sete Mil, Seiscentos e Trinta Reais).
Pranchita, 21 de outubro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

Cod472805

DECRETO Nº 3.551, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa no Município de São João, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso I, da Lei Orgânica do Município, considerando a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, o Plano Diretor Municipal do Envelhecimento Ativo e Longevidade 2026–2036 e a legislação municipal relativa aos direitos da pessoa idosa,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa do Município de São João, instância técnica, consultiva e intersetorial, destinada a coordenar, articular, acompanhar e fomentar ações de promoção e proteção dos direitos, da dignidade, da participação e do bem-estar da população idosa, seus familiares e cuidadores, em consonância com o Plano Diretor Municipal do Envelhecimento Ativo e Longevidade 2026–2036.

Art. 2º Compete ao Comitê Municipal:

I – promover a articulação entre políticas, programas, projetos, serviços e benefícios municipais destinados às pessoas idosas;

II – utilizar os instrumentos orientados pelo Comitê Gestor Estadual e elaborar instrumentos complementares de planejamento, execução e monitoramento, quando cabível;

III – acompanhar a implantação, execução, monitoramento e avaliação de projetos vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e ao Plano Diretor Municipal;

IV – acompanhar, conforme as orientações estaduais, a implementação do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa (CERAPI) e do Cadastro de Cuidadores do Paraná;

V – incentivar a atuação intersetorial e a participação social, promovendo envelhecimento ativo, saudável e acessibilidade;

VI – apoiar o diagnóstico situacional, a elaboração do Plano de Ação, a consolidação de indicadores e a avaliação periódica das iniciativas municipais;

VII – apresentar ao Comitê Gestor Estadual os instrumentos, informações e relatórios solicitados no âmbito do Programa;

VIII – participar de capacitações, reuniões e eventos promovidos pelo Comitê Gestor Estadual, observadas suas diretrizes;

IX – encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) as matérias sujeitas às suas competências legais.

Art. 3º A coordenação institucional do Comitê caberá à Secretaria Municipal de Saúde, responsável por assegurar apoio técnico e administrativo ao seu funcionamento.

Parágrafo único. A coordenação operacional e a secretaria executiva serão definidas na reunião de instalação, com registro em ata, respeitada a coordenação institucional prevista no caput.

Art. 4º Os órgãos e entidades integrantes do Comitê deverão identificar oportunidades de ações e investimentos para o envelhecimento ativo e saudável; informar programas, serviços e investimentos de sua competência que afetem a população idosa; e comunicar a criação, alteração ou aprimoramento dessas iniciativas.

Art. 5º O Comitê será integrado por representantes titulares e respectivos suplentes dos órgãos e segmentos relacionados no Anexo I deste Decreto, mediante indicação institucional e designação por ato próprio da autoridade municipal competente.

§ 1º O Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos, entidades públicas e privadas, pessoas idosas e especialistas para colaboração eventual, sem direito a voto quando não forem membros designados.

§ 2º O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre e, extraordinariamente, por convocação da coordenação, com registro em ata.

Art. 6º O Comitê não substitui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), não altera sua composição nem exerce suas atribuições deliberativas, fiscalizatórias ou relativas ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, nos termos da legislação municipal.

Art. 7º O Comitê apresentará anualmente ao CMDPI relatório de monitoramento do Plano de Ação e poderá encaminhar avaliações semestrais à gestão municipal, em consonância com o Plano Diretor Municipal.

Art. 8º A participação no Comitê constitui serviço público relevante, sem remuneração específica. O tratamento de dados pessoais observará a legislação aplicável.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de São João, em 21 de outubro de 2026.

JONI ZANELLA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado em _____/_____/_____

Edição:_____

DIARIO ELETRONICO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ - DIOEMS

ANEXO I – COMPOSIÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL

Representantes titulares e suplentes a serem indicados e formalmente designados.

Órgão / segmento	Titular	Suplente
Secretaria Municipal de Saúde	JULIANO GIBMEIER	ALLANA THAYNA DA SILVA
Secretaria Municipal de Assistência Social	PAOLA DAL MAGRO DE OLIVEIRA	RAFAELI MARIA LORENZI
Secretaria Municipal de Educação	TANIA APARECIDA HUPPES	MONICA CASAGRANDE
Esporte e Lazer	GRAZIELI SBISIGO	RENATO MOCELIN
Cultura	JEAN EMANUEL VENÂNCIO	MARLON FELIPE GONSALVES PACHECO
Administração e Finanças	SIMONE ZANELLA FERREIRA	NALVIR FARIAS
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (mediante indicação do CMDPI)	THAIS GONÇALVES WELTER ILKIU	LIDEMAR LAVARDA
Associações da pessoa idosa	HILARIO LUIZ PIMMEL	CLODOMIR ACORSI
Representantes das pessoas idosas usuárias	ORDALINO SCARIOTE FIN	DECIO LERMER
Atenção Primária à Saúde	RUDILEIA PEDROLLO CARVALHO	JESSICA KEILLA SANTIN

Ato de designação: _____
Coordenação operacional: _____
Secretaria executiva: _____

Cod472827

PORTARIA Nº 7.567, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Exonera, a pedido, Conselheira Tutelar Ana Paula Teixeira.
O Prefeito Municipal de São João, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Conselheira Tutelar Ana Paula Teixeira, CPF 678.xxx.xxx-00, do cargo de Conselheira Tutelar, em 14/10/2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se publique-se. São João, 21 de outubro de 2026.
JONI ZANELLA FERREIRA. Prefeito Municipal.

Cod472830

RESOLUÇÃO Nº 005/2026 CMDPI

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa – Deliberação nº 019/2023, do Incentivo Paraná Viaja Mais 60 – Deliberação nº 024/2023, referentes ao exercício de 2025, e do Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II – Deliberação nº 034/2024 do pagamento até 31/12/2025.
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI, do Município de São João, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 965/2006, de 12 de dezembro de 2006, e alteração dada pela Lei nº 1.945/2021, de 21 de setembro de 2021,
Considerando a reunião realizada em 20 de outubro de 2026, conforme registro em ata 04/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas, referente ao exercício de 2025, do Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa – Deliberação nº 019/2023.
Art. 2º Fica aprovada a prestação de contas, referente ao exercício de 2025, do Incentivo Paraná Viaja Mais 60 – Deliberação nº 024/2023.
Art. 3º Fica aprovada a prestação de contas, referente ao recurso Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II – Deliberação nº 034/2024, do pagamento até 31/12/2025.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
São João - PR, 20 de outubro de 2026.
Hilario Luiz Pimmel-Presidente do CMDPI

Cod472815

RESOLUÇÃO Nº 006/2026 CMDPI

Dispõe sobre os critérios de acesso, priorização, permanência e disponibilização de transporte para participação de pessoas idosas nas aulas de hidroginástica ofertadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São João/PR e revoga a Resolução nº 04, de 30 de outubro de 2024.
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI, do Município de São João, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 965/2006, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 1.945/2021,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, que assegura às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à saúde, ao esporte, ao lazer, à dignidade e à convivência familiar e comunitária;
CONSIDERANDO a prioridade especial assegurada às pessoas maiores de 80 (oitenta) anos, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa;
CONSIDERANDO os princípios e objetivos da Política de Assistência Social, especialmente quanto à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, à promoção da convivência e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos, transparentes e isonômicos para o preenchimento das vagas disponíveis nas aulas de hidroginástica ofertadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, em reunião realizada em 20 de outubro de 2026, registrada na Ata nº 04/2026;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DO OBJETO
Art. 1º Esta Resolução estabelece os critérios para inscrição, análise, habilitação, classificação, priorização, permanência e disponibilização de transporte às pessoas idosas participantes das aulas de hidroginástica ofertadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São João/PR.
Parágrafo único. A oferta das aulas de hidroginástica tem caráter complementar e visa contribuir para a promoção da qualidade de vida, do envelhecimento ativo, da convivência comunitária e da participação social das pessoas idosas.
CAPÍTULO II
DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO
Art. 2º Poderão participar do processo de inscrição para as aulas de hidroginástica as pessoas que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
I – Possuir idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
II – Residir no Município de São João/PR;
III – Realizar inscrição no período e na forma definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV – Apresentar os documentos necessários à comprovação dos requisitos e, quando necessário, à aplicação dos critérios de prioridade estabelecidos nesta Resolução;
V – Atender às condições de segurança necessárias à participação na atividade física, observadas as orientações do profissional responsável e os procedimentos adotados pela Administração Municipal.
§ 1º A idade será comprovada mediante documento oficial de identificação.
§ 2º A residência no Município de São João/PR será comprovada mediante documento idôneo ou outro meio admitido pela Administração Pública.
CAPÍTULO III
DA INSCRIÇÃO, DA ANÁLISE E DA HABILITAÇÃO
Art. 3º A inscrição dos interessados, a conferência da documentação e a análise do atendimento aos requisitos e critérios previstos nesta Resolução serão realizadas pela equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social.
§ 1º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social organizar o processo de inscrição, analisar a documentação apresentada, verificar o atendimento aos requisitos, realizar a classificação dos candidatos, elaborar a lista de espera e efetuar as respectivas convocações.
§ 2º A análise dos critérios será realizada com base nos documentos apresentados pelos interessados, nas informações constantes dos registros administrativos da Secretaria Municipal de Assistência Social e, quando necessário, em avaliação realizada pela equipe responsável.
§ 3º Serão considerados habilitados os candidatos que atenderem aos requisitos estabelecidos nesta Resolução.
§ 4º A classificação dos candidatos habilitados observará os critérios de prioridade e de desempate estabelecidos nos capítulos seguintes.
§ 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI exercerá o acompanhamento e o controle social da execução desta Resolução, no âmbito de suas competências.
CAPÍTULO IV
DA CLASSIFICAÇÃO E DA PRIORIDADE
Art. 4º Quando o número de interessados habilitados for superior ao número de vagas disponíveis, a classificação observará os seguintes grupos de prioridade, sucessivamente:
I – pessoas idosas participantes de serviços, programas, projetos ou atividades desenvolvidos ou referenciados ao CRAS, cuja renda familiar per capita seja de até 1 (um) salário mínimo;
II – pessoas idosas participantes de serviços, programas, projetos ou atividades desenvolvidos ou referenciados ao CRAS, independentemente da renda familiar per capita;
III – demais pessoas idosas residentes no Município de São João/PR.
§ 1º Em cada grupo de prioridade será assegurada prioridade especial às pessoas maiores de 80 (oitenta) anos, observada a legislação vigente.
§ 2º A participação ou o acompanhamento pelos serviços socioassistenciais será verificado, preferencialmente, por meio dos registros existentes junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.
§ 3º A renda familiar per capita poderá ser verificada mediante Cadastro Único, declaração do interessado ou outros registros oficiais disponíveis.
CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
Art. 5º Permanecendo empate entre candidatos pertencentes ao mesmo grupo de prioridade, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I – Pessoa que ainda não tenha participado anteriormente das aulas de hidroginástica ofertadas pelo Município;
II – Maior idade;
III – Maior tempo de inscrição em lista de espera, quando houver;
IV – Ordem cronológica da inscrição.
Parágrafo único. A participação anterior nas aulas de hidroginástica não impedirá nova participação, constituindo critério de desempate em favor daqueles que ainda não tenham sido contemplados.
CAPÍTULO VI
DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO
Art. 6º Cada ciclo das aulas de hidroginástica terá duração de 06 (seis) meses, com datas de início e término definidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
§ 1º Encerrado o ciclo de 06 (seis) meses, as vagas serão disponibilizadas para novo processo de inscrição e classificação, com o objetivo de ampliar e promover a rotatividade do acesso às atividades.
§ 2º A pessoa que concluir o ciclo poderá realizar nova inscrição em processo posterior, observados os critérios de classificação, prioridade e desempate estabelecidos nesta Resolução.
§ 3º A participação em ciclo anterior não gera direito à renovação automática da vaga.
§ 4º Caso existam vagas remanescentes após a convocação dos candidatos que ainda não tenham participado das atividades, poderão ser convocadas pessoas que já tenham concluído ciclo anterior, respeitada a ordem de classificação.
CAPÍTULO VII
DAS VAGAS E DA LISTA DE ESPERA
Art. 7º O número de vagas será definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando a disponibilidade da oferta, a capacidade física do local, os horários disponíveis e as condições necessárias à execução das atividades.
Art. 8º Os candidatos habilitados que não forem contemplados com vaga integrarão lista de espera, respeitada a ordem de classificação prevista nesta Resolução.
§ 1º As vagas que surgirem em decorrência de desistência, desligamento ou ampliação da oferta serão preenchidas conforme a ordem da lista de espera.
§ 2º O candidato convocado após o início do ciclo participará pelo período remanescente, encerrando sua participação na data prevista para o término do respectivo ciclo.
CAPÍTULO VIII
DO TRANSPORTE
Art. 9º A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá disponibilizar transporte aos participantes das aulas de hidroginástica que não disponham de meios próprios ou familiares adequados para o deslocamento até o local de realização da atividade, observada a disponibilidade do serviço de transporte municipal.
§ 1º Para fins deste artigo, considera-se sem meio próprio ou familiar adequado de deslocamento a pessoa idosa que não disponha de veículo próprio, transporte familiar regularmente disponível ou outra alternativa adequada que possibilite seu deslocamento

até o local das atividades.
§ 2º A disponibilização do transporte não será automática em razão da participação nas aulas de hidroginástica e será destinada às pessoas que efetivamente necessitem do serviço.
§ 3º A necessidade de transporte será informada no ato da inscrição e poderá ser verificada pela equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social mediante declaração do interessado, informações constantes dos registros administrativos ou, quando necessário, avaliação da situação apresentada.
§ 4º A existência de veículo pertencente a integrante do grupo familiar, por si só, não impedirá a disponibilização do transporte, quando demonstrada a indisponibilidade habitual desse veículo para o deslocamento da pessoa idosa.
§ 5º O transporte será realizado conforme rotas, horários, pontos de embarque e demais condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando a organização e a capacidade operacional do serviço.
§ 6º O participante que dispuser de condições adequadas de deslocamento por meios próprios ou familiares deverá utilizá-las, de modo a priorizar o transporte municipal para aqueles que dele efetivamente necessitem.
§ 7º A disponibilização do transporte no âmbito desta Resolução é vinculada exclusivamente à participação nas atividades de hidroginástica e não gera direito permanente à utilização de transporte para outras finalidades.
CAPÍTULO IX
DA FREQUÊNCIA E DO DESLIGAMENTO
Art. 10. A pessoa contemplada deverá manter frequência regular nas atividades.
§ 1º Poderá ser desligado da atividade o participante que apresentar 03 (três) faltas reiteradas e injustificadas, conforme critérios previamente informados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
§ 2º Antes do desligamento, deverá ser oportunizada ao participante a apresentação de justificativa, especialmente nos casos relacionados à saúde, internação, tratamento, situação familiar ou outra circunstância relevante.
§ 3º Ocorrendo o desligamento, a vaga será destinada ao próximo candidato classificado na lista de espera.
CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 11. A inscrição e a classificação não geram direito permanente à vaga, estando a participação condicionada à existência de vagas e à manutenção da oferta pela Administração Municipal.
Art. 12. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, observadas as disposições desta Resolução e, quando necessário, submetidos à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI.
Art. 13. A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá editar orientações operacionais necessárias à execução desta Resolução, desde que não alterem os critérios de prioridade nela estabelecidos.
Art. 14. Fica revogada a Resolução nº 04, de 30 de outubro de 2024.
Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
São João/PR, 20 de outubro de 2026.
Hilário Luiz Pimmel
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI

Cod472816

Termo Aditivo nº 191/2026 – ARP n° 102/2025

Contratante: Município de São João. Contratada: JGM DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA - CNPJ nº 49.102.512/0001-58. Objeto: 1.1 Ficam prorrogados os prazos de vigência e de execução da Ata de Registro de Preços nº 102/2025, por mais 12 (doze) meses, de acordo com o art. 84, da Lei nº 14.133/2021. 1.2 Ficam renovados os quantitativos do objeto contratado, até o limite do quantitativo originalmente estabelecido na Ata de Registro de Preços nº 102/2025, em conformidade com a previsão constante na Cláusula Terceira do referido instrumento. Origem: Pregão Eletrônico nº 90067/2025. Data da assinatura: 19 de outubro de 2026.

Termo Aditivo nº 192/2026 – ARP n° 094/2025

Contratante: Município de São João. Contratada: OTIS DISTRIBUICAO LTDA - CNPJ nº 47.641.174/0001-05. Objeto: 1.1 Ficam prorrogados os prazos de vigência e de execução da Ata de Registro de Preços nº 094/2025, por mais 12 (doze) meses, de acordo com o art. 84, da Lei nº 14.133/2021. 1.2 Ficam renovados os quantitativos do objeto contratado, até o limite do quantitativo originalmente estabelecido na Ata de Registro de Preços nº 094/2025, em conformidade com a previsão constante na Cláusula Terceira do referido instrumento. Origem: Pregão Eletrônico nº 90067/2025. Data da assinatura: 19 de outubro de 2026.

Termo Aditivo nº 193/2026 – ARP n° 093/2025

Contratante: Município de São João. Contratada: MANG FOODS ATACADISTA LTDA - CNPJ nº 52.371.452/0001-83. Objeto: 1.1 Ficam prorrogados os prazos de vigência e de execução da Ata de Registro de Preços nº 093/2025, por mais 12 (doze) meses, de acordo com o art. 84, da Lei nº 14.133/2021. 1.2 Ficam renovados os quantitativos do objeto contratado, até o limite do quantitativo originalmente estabelecido na Ata de Registro de Preços nº 093/2025, em conformidade com a previsão constante na Cláusula Terceira do referido instrumento. Origem: Pregão Eletrônico nº 90067/2025. Data da assinatura: 19 de outubro de 2026.

Termo Aditivo nº 194/2026 – ARP n° 096/2025

Contratante: Município de São João. Contratada: POLO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ nº 58.329.006/0001-97. Objeto: 1.1 Ficam prorrogados os prazos de vigência e de execução da Ata de Registro de Preços nº 096/2025, por mais 12 (doze) meses, de acordo com o art. 84, da Lei nº 14.133/2021. 1.2 Ficam renovados os quantitativos do objeto contratado, até o limite do quantitativo originalmente estabelecido na Ata de Registro de Preços nº 096/2025, em conformidade com a previsão constante na Cláusula Terceira do referido instrumento. Origem: Pregão Eletrônico nº 90067/2025. Data da assinatura: 19 de outubro de 2026.

Termo Aditivo nº 195/2026 – ARP n° 096/2025

Contratante: Município de São João. Contratada: 32.026.737 EMANUELI KLOCK RAUBER DE ROSSO - CNPJ nº 32.026.737/0001-70. Objeto: 1.1 Ficam prorrogados os prazos de vigência e de execução da Ata de Registro de Preços nº 098/2025, por mais 12 (doze) meses, de acordo com o art. 84, da Lei nº 14.133/2021. 1.2 Ficam renovados os quantitativos do objeto contratado, até o limite do quantitativo originalmente estabelecido na Ata de Registro de Preços nº 098/2025, em conformidade com a previsão constante na Cláusula Terceira do referido instrumento. Origem: Pregão Eletrônico nº 90067/2025. Data da assinatura: 19 de outubro de 2026.

Termo Aditivo nº 196/2026 – ARP n° 097/2025

Contratante: Município de São João. Contratada: IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - CNPJ nº 54.186.728/0001-89. Objeto: 1.1 Ficam prorrogados os prazos de vigência e de execução da Ata de Registro de Preços nº 097/2025, por mais 12 (doze) meses, de acordo com o art. 84, da Lei nº 14.133/2021. 1.2 Ficam renovados os quantitativos do objeto contratado, até o limite do quantitativo originalmente estabelecido na Ata de Registro de Preços nº 097/2025, em conformidade com a previsão constante na Cláusula Terceira do referido instrumento. Origem: Pregão Eletrônico nº 90067/2025. Data da assinatura: 19 de outubro de 2026.

Contrato 242/2026

Contratante: Município de São João/PR. Contratada: CYPRIANO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA – CNPJ nº 10.555.003/0001-45. Objeto: prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de São João/PR (Lote 01: Veículos leves, utilitários, vans e ambulâncias), incluindo o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais, fluidos, filtros, lubrificantes e demais insumos necessários ao seu pleno funcionamento, em conformidade com o Processo Administrativo nº 425/2026, o Edital de Credenciamento (Chamamento Público) nº 008/2026 e seus anexos. Valor: Mão de obra: R$ 186,80 por hora técnica; Peças genuínas ou originais com 5% de desconto e Peças de reposição com 15% de desconto. Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 027/2026 - Chamamento Público n° 008/2026. Data da assinatura: 20 de outubro de 2026.

Termo de Revogação – Contrato nº 240/2026.

Contratante: Município de São João/PR. Contratada: 69.467.081 EVANDRO OELITON FERREIRA - CNPJ 69.467.081/0001-30. Fundamento: A presente revogação decorre da desistência pela empresa contratada que comunicou a inviabilidade de prosseguir com a assinatura e execução do contrato. Origem: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 008/2026. Data da assinatura: 20 de outubro de 2026.

Cod472844

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

Edital 006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL DE ABERTURA
Nº 001/2026

O Sr. Paulo Roberto Weissheimer, Prefeito do Município de VERÊ – Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no EDITAL 001/2026, RESOLVE, informar detalhes e divulgar os Locais das Provas e Ensalamento dos Candidatos, a saber:

1º. Informações Gerais:

1. As Provas Objetivas do Concurso do Município de VERÊ, serão realizadas em Unidades Escolares, no dia 01 de novembro de 2026, na cidade de VERÊ/PR.

2, O Concurso Público será realizado no Turno da Manhã, na Escola Municipal São João Batista de La Salle – VERÊ–Paraná

3. Para o Turno da Manhã, os portões serão abertos às 08 horas e fechados impreterivelmente às 08h30. As Provas terão início as 09 horas e encerrar-se-ão às 12 horas.

4. Os Gabaritos só poderão ser preenchidos com caneta azul ou preta

5. Não serão aceitos documentos digitalizados para comprovação de sua identidade.

2º. Endereço:

Escola Municipal São João Batista de La Salle VERÊ – Paraná
Rua Paraná, S/Nº, Bairro Dresch – Verê–Paraná

Ensalamento Geral:

Relação Geral:

44984	Elaine Ribeiro Galvão	01–Auxiliar de Consultório Dentário	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44909	Luciana dos Santos Gomes	01–Auxiliar de Consultório Dentário	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44874	Lucineia Togni	01–Auxiliar de Consultório Dentário	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44710	Monica Ceccon	01–Auxiliar de Consultório Dentário	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
45047	Alcionei Viquinosqui Machado	02–Fiscal de Obras	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
45069	Erivelton Passarello	02–Fiscal de Obras	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44723	Everton Luiz Scalcon	02–Fiscal de Obras	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
45013	Giovanildo Antonio Artuzo	02–Fiscal de Obras	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44470	Marcelo Alves da Silva	02–Fiscal de Obras	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
45071	Natalvino Passarello	02–Fiscal de Obras	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44858	Nelso Alves	02–Fiscal de Obras	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44756	Alexandre Kehl Pereira	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44835	Ana Paula Adami	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44929	Bruna Eduarda de Quadro Bergamin	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44757	Carlos Maykel Goncalves	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44702	Cleide Cristina Scherer	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44300	Douglas Piovesan	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
45067	Elen Taiz dos Santos Simioni	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44974	Elio Reimann	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44913	Ellen Cristina Norte	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44703	Evelise Brocco Maria Mantovi	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44752	Fabricio Luiz Barancelli	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44707	Gessica dos Santos Schayder	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44932	Guilherme Silva de Almeida	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44941	Luana Eduarda Zanini	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44706	Luis Fernando Stracke	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44976	Maisa Cristina Carniel	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
45041	Odair Jose Franca	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44764	Pedro Augusto Severo Josefi	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
44547	Tanata Rosendo de Almeida	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 1
45019	Tatiana Andrea Fabiane	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44906	Wendel Junior Rodrigues Souza	03–Fiscal de Tributos	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44524	Elessandra Gassner	04–Fonoaudiólogo	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44724	Alan Crisan Zocche	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
45017	Ana Julia Zanetti Moraes	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44462	Ana Paula Cavalli	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44502	Augusto dos Santos Gomes	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
45049	Barbara Bredow	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
45055	Bruno de Almeida Caldato	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
45015	Carine Scanagatta	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44700	Clarissa Coelho de Oliveira Lima	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
45057	Daniel Henrique dos Santos Filho	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44701	Daniela Celis Severgnini	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44880	Dariane Maria Oliveira Zanatto	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44754	Davi Alves de Souza	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44738	Eduarda Oliveira Perin	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44944	Eduardo Tomazoni	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44952	Eduardo Vinicius Piloneto	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44994	Elen Caroline de Souza Baggio	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44881	Elisa Emanoelle Vazquez Nicareta	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44995	Eloi Rauber	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44869	Franciane Panisson	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44911	Gabriel A P Souza	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44661	Gabriel Cordova	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44512	Gabriela Ana Nierotka Coloda	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
45023	Gabrieli Prechlak	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
45011	Gabriella Borsoi Latreille	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44851	Gilvania Talita Gesser	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44728	Giovana Bergamasco da Fontoura	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44553	Ingra Monique Duarte Lopes	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 2
44763	Joao Alexandre de Oliveira Paz	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44708	Joao Felipe Fiametti	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3

44770	Julia Ines Sitta	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44923	Kauane Regina Jaques	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44908	Kelvin Jose dos Santos Ferreira	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44730	Larissa Portilho Aguiar	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44961	Lorany Alexsandear Bellara Lima Mercini	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44587	Manoela de Moura Gervazoni	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44310	Margarita Valverde	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44919	Maria Luisa Baseggio	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44492	Mariana Borges	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44729	Nieve Tays Possato	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44810	Paula Freitas do Amaral Magioli	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44580	Suelem Rodrigues de Godoys	05–Médico	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44578	Antonio Ernani Bergamin	06–Vigia	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
45073	Fernando da Silva	06–Vigia	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
45063	Itamar Cesar Tazinasso	06–Vigia	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44855	Jacir Rodrigues de Lara	06–Vigia	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44833	Jaltanair Salazar de Franca Vilke	06–Vigia	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44889	Jose Martins	06–Vigia	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44862	Kelen Andrade Dutra	06–Vigia	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44928	Maycon Dieckson Alves Ferreira	06–Vigia	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44698	Teresinha Clarinda do Nascimento	06–Vigia	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3
44667	Willian Bortolotto	06–Vigia	Escola Municipal São João Batista de La Salle	Sala 3

VERÊ/PR, 21 de outubro de 2026.

_____

Paulo Roberto Weissheimer,
Prefeito Municipal.
VERÊ – Paraná

Cod472802

LEI Nº 829/2026

DATA 21/10/2026
Súmula: Autoriza Poder Executivo Municipal a celebrar acordo extrajudicial para ressarcimento de danos materiais, nas condições e formas que especifica.
A CÂMARA MUNICIPAL DE VERÊ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PAULO ROBERTO WEISSHEIMER, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1° Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar acordo extrajudicial para ressarcimento de danos materiais causados em acidente de trânsito a senhora ADRIANA PERUSSO POSSAMAI, envolvendo veículo de propriedade do Município de Verê, considerando parecer conclusivo da Procuradoria Jurídica Municipal.
§ 1º A autorização outorgada envolve o pagamento, em parcela única, do valor de R$12.698,00 (doze mil seiscentos e noventa e oito reais), concernente ao valor dos danos materiais causados.
§ 2º O pagamento da indenização será realizado em conta bancária de titularidade da beneficiária.
Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentária competente.
Art. 3º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar, na forma da Lei, caso necessário, utilizando como fonte de custeio a anulação total e/ou parcial de dotação orçamentária.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Executivo Municipal de Verê, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.
PAULO ROBERTO WEISSHEIMER,
Prefeito Municipal.

Cod472818

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N. 002/2026

PARTES: Município de Verê e a Associação de Proteção dos Autistas de Dois Vizinhos – PR (APADV).
OBJETO: O presente Termo de Fomento tem como objeto formalizar a cooperação financeira entre o MUNICÍPIO e a OSC, visando desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida aos nossos educandos (crianças, adolescentes, adultos e idosos) e familiares, favorecendo o processo de aprendizagem e construção de seus conhecimentos e desenvolvimento do ser humano no contexto de suas habilidades motoras e sociais, estruturado com equipe multiprofissional.
VALOR: R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Municipal nº 821/2026 e Inexigibilidade 50/2026.
VIGÊNCIA: Da publicação até 30 de setembro de 2027.
Verê–PR, 19 de outubro de 2026.
Paulo Roberto Weissheimer
Prefeito Municipal

Cod472829

CÂMARA MUNICIPAL DE VERÊ

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VERÊ–ESTADO DO PARANÁ
Nº 02/2026

Altera o artigo 29 da Lei Orgânica do Município de Verê e dá outras providências.
A Câmara Municipal de Verê, Estado do Paraná, aprovou e a sua Mesa Diretora promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal.
Art. 1º. Fica alterado o artigo 29 da Lei Orgânica do Município de Verê passando a vigorar com a seguinte redação:
Art. 29. Não perderá o mandato o Vereador:
I–licenciado por motivo de doença;
II–para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município, desde que autorizado pela Câmara Municipal;
III–para tratar, sem remuneração, de assuntos particulares, por prazo determinado, nunca superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença;
IV–investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente;
V–licenciado em razão de nascimento de filho ou adoção.
§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a 120 (cento e vinte) dias.
§ 2º Na hipótese do inciso IV, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.
§ 3º Licenciado nos casos de doença e no caso previsto no inciso II deste artigo, o Vereador fará jus ao seu subsídio, como se em exercício do mandato estivesse.
§ 4º Na hipótese do inciso V deste artigo, será concedida licença de até 5 (cinco) dias consecutivos para os pais e até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos para as mães, mediante requerimento do parlamentar.
§ 5º Na hipótese do inciso V deste artigo, o parlamentar poderá solicitar a licença a partir:
I–do início da 36ª (trigésima sexta) semana de gestação;
II–da data do nascimento da criança;
III–da formalização da adoção da criança.
§ 6º Na hipótese de licença em razão de nascimento de filho ou adoção, o suplente será convocado no caso de licença superior a 120 (cento e vinte) dias, assegurada a remuneração à Vereadora licenciada e ao Vereador licenciado.
§ 7º Independente de requerimento, considerar-se-á como licença, sem direito a receber os subsídios mensais, o não comparecimento às sessões de Vereador preso ou afastado temporariamente de suas funções por ordem judicial, enquanto perdurar o afastamento do cargo, salvo na hipótese de decisão judicial autorizar a continuidade do percebimento dos subsídios.
§ 8º Na hipótese do parágrafo anterior, o suplente somente será convocado se a prisão ou afastamento perdurar por mais de 120 (cento e vinte) dias.
§ 9º O Vereador licenciado não poderá retornar ao exercício do mandato, antes do término da licença concedida.
§ 10 Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, desde que não seja na condição de titular.
§ 11 A Câmara Municipal poderá regulamentar o disposto neste artigo por Resolução.
Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica aprovada pela Câmara Municipal e promulgada pela Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.
Sala de Sessões da Câmara Municipal de Verê, Estado do Paraná, em 21 de Outubro de 2026.

SUELI TERESINHA CECAGNO STANGUERLIN
Presidente

VILMAR LOURENÇO
Vice-Presidente

ALBERTO ADEMAR MENEGOLA
1º Secretário

JANE CECCON ALVES
2º Secretário

Cod472810